

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Relatório da Administração	20
----------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	105
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	108
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	109
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	110
--	-----

Motivos de Reapresentação	111
---------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	366.490.593
Preferenciais	0
Total	366.490.593
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	1.542.401	1.124.131
1.01	Ativo Circulante	7.278	181.262
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15	173.860
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.263	7.402
1.01.08.03	Outros	7.263	7.402
1.01.08.03.02	Outros ativos	0	69
1.01.08.03.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.443	7.333
1.01.08.03.04	Titulos e valores mobiliários	3.820	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.535.123	942.869
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.891	1.748
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.297	1.579
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.297	1.579
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	594	169
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	594	169
1.02.02	Investimentos	1.533.232	941.121

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	1.542.401	1.124.131
2.01	Passivo Circulante	2.176	10.854
2.01.02	Fornecedores	30	11
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	5.774
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	5.774
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	5.774
2.01.05	Outras Obrigações	2.146	5.069
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	165
2.01.05.02	Outros	2.146	4.904
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	241	241
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	1.049	4.380
2.01.05.02.06	Outros tributos a pagar	856	283
2.03	Patrimônio Líquido	1.540.225	1.113.277
2.03.01	Capital Social Realizado	1.524.701	940.753
2.03.02	Reservas de Capital	220.960	172.542
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.218	-12.185
2.03.02.07	Reserva de capital	229.178	184.727
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-210.116	-3.422
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.680	3.404

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-209.760	-44.305
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.236	-6.822
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	325	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-206.849	-37.483
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-209.760	-44.305
3.06	Resultado Financeiro	3.348	18.464
3.06.01	Receitas Financeiras	7.205	18.984
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.857	-520
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-206.412	-25.841
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-282	-4.189
3.08.01	Corrente	0	-5.768
3.08.02	Diferido	-282	1.579
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-206.694	-30.030
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-206.694	-30.030
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-206.694	-30.030
4.02	Outros Resultados Abrangentes	1.276	3.404
4.02.01	Variação cambial sobre investimento no exterior	1.603	3.404
4.02.02	Perdas atuariais com plano de pensão	-327	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-205.418	-26.626

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.992	9.668
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.712	17.291
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-206.412	-25.841
6.01.01.02	Equivalência Patrimonial	206.849	37.483
6.01.01.03	Plano de Opção de Ações	714	749
6.01.01.04	Outros	0	4.382
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	561	518
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.704	-7.623
6.01.02.01	Impostos e contribuições sociais a recuperar	3.889	-7.331
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-1.015	-431
6.01.02.03	Partes relacionadas, líquidas	-132	165
6.01.02.04	Impostos e contribuições sociais a recolher	-5.201	32
6.01.02.05	Fornecedores	16	11
6.01.02.06	Adiantamentos de fornecedores	69	-69
6.01.02.07	Outros ativos e passivos, líquidos	-3.330	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-757.768	199.897
6.02.01	Dividendos recebidos	0	225.000
6.02.02	Aumento de capital em controlada	-753.948	-25.103
6.02.03	Títulos e valores mobiliários	-3.820	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	587.915	-36.718
6.03.03	Dividendos pagos	0	-24.533
6.03.04	Compra de ações em tesouraria	0	-12.185
6.03.05	Integralização de capital	583.948	0
6.03.06	Opção sobre ações exercidas	3.967	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-173.845	172.847
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	173.860	1.013
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15	173.860

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	940.753	172.542	0	-3.422	3.404	1.113.277
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	940.753	172.542	0	-3.422	3.404	1.113.277
5.04	Transações de Capital com os Sócios	583.948	48.418	0	0	0	632.366
5.04.01	Aumentos de Capital	583.948	0	0	0	0	583.948
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-12.799	0	0	0	-12.799
5.04.08	Opção sobre ações exercidas	0	3.967	0	0	0	3.967
5.04.11	Plano de opção de ações	0	1.420	0	0	0	1.420
5.04.12	Variação na participação em controlada	0	55.830	0	0	0	55.830
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-206.694	1.276	-205.418
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-206.694	0	-206.694
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.276	1.276
5.05.02.06	Efeito de câmbio	0	0	0	0	1.603	1.603
5.05.02.07	Perdas atuariais com plano de pensão	0	0	0	0	-327	-327
5.07	Saldos Finais	1.524.701	220.960	0	-210.116	4.680	1.540.225

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	940.753	187	26.608	0	0	967.548
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	940.753	187	26.608	0	0	967.548
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	172.355	-26.608	26.608	0	172.355
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-12.185	0	0	0	-12.185
5.04.08	Aumento de participação em controlada- compra de não controladores Rumo Logística	0	-6.086	0	0	0	-6.086
5.04.09	Combinação de negócios Rumo S.A	0	189.710	0	0	0	189.710
5.04.10	Plano de opção de ações	0	916	0	0	0	916
5.04.11	Absorção de prejuízos acumulados com reservas	0	0	-26.608	26.608	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.030	3.404	-26.626
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.030	0	-30.030
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.404	3.404
5.05.02.06	Efeito de câmbio	0	0	0	0	3.404	3.404
5.07	Saldos Finais	940.753	172.542	0	-3.422	3.404	1.113.277

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.909	-6.030
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.909	-6.030
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.909	-6.030
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.909	-6.030
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-199.677	-18.499
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-206.849	-37.483
7.06.02	Receitas Financeiras	7.172	18.984
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-201.586	-24.529
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-201.586	-24.529
7.08.01	Pessoal	730	792
7.08.01.01	Remuneração Direta	730	792
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	554	4.189
7.08.02.01	Federais	285	4.189
7.08.02.03	Municipais	269	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.824	520
7.08.03.01	Juros	3.824	520
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-206.694	-30.030
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-206.694	-30.030

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	23.038.008	21.745.662
1.01	Ativo Circulante	2.308.031	1.489.603
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	260.542	246.849
1.01.03	Contas a Receber	417.156	144.535
1.01.04	Estoques	284.579	225.784
1.01.06	Tributos a Recuperar	253.408	215.536
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	253.408	215.536
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	169.399	40.034
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	84.009	175.502
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.092.346	656.899
1.01.08.03	Outros	1.092.346	656.899
1.01.08.03.01	Recebíveis de Partes Relacionadas	28.814	33.572
1.01.08.03.02	Títulos e Valores Mobiliários	920.413	508.268
1.01.08.03.04	Outros Ativos	140.236	115.059
1.01.08.03.05	Instrumentos financeiros derivativos	2.883	0
1.02	Ativo Não Circulante	20.729.977	20.256.059
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.611.569	2.989.552
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	200.999	200.893
1.02.01.01.03	Caixa restrito	200.999	200.893
1.02.01.03	Contas a Receber	14.305	21.136
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.159.790	1.362.804
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.159.790	1.362.804
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.236.475	1.404.719
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	300.470	267.156
1.02.01.09.04	Outros Ativos	106.191	127.891
1.02.01.09.05	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	121.376	274.597
1.02.01.09.06	Outros tributos a recuperar	660.805	590.971
1.02.01.09.07	Instrumentos financeiros derivativos	786	99.863
1.02.01.09.08	Investimentos em associadas	46.847	44.241
1.02.03	Imobilizado	10.337.119	9.404.087
1.02.04	Intangível	7.781.289	7.862.420

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	23.038.008	21.745.662
2.01	Passivo Circulante	3.395.517	3.491.628
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	117.150	149.871
2.01.02	Fornecedores	564.972	419.158
2.01.03	Obrigações Fiscais	69.603	45.199
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	69.603	45.199
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.990	11.900
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	33.613	33.299
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.467.725	1.444.063
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.467.725	1.444.063
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.381.585	1.440.165
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	86.140	3.898
2.01.05	Outras Obrigações	1.176.067	1.433.337
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	106.710	103.997
2.01.05.02	Outros	1.069.357	1.329.340
2.01.05.02.04	Dividendos a Pagar	6.970	8.510
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	260.400	328.450
2.01.05.02.07	Arrendamento mercantil	472.632	539.615
2.01.05.02.08	Certificado recebíveis imobiliários-CRI	105.422	88.089
2.01.05.02.09	Instrumentos financeiros derivativos	4.535	521
2.01.05.02.10	Arrendamentos e concessões	27.662	20.205
2.01.05.02.11	Receitas diferidas	14.167	107.252
2.01.05.02.12	Outros passivos financeiros	177.569	236.698
2.02	Passivo Não Circulante	13.960.215	14.237.677
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	7.055.450	7.141.113
2.02.02	Outras Obrigações	4.002.690	3.891.606
2.02.02.02	Outros	4.002.690	3.891.606
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	320.281	165.478
2.02.02.02.06	Arendamento mercantil	924.911	1.202.086
2.02.02.02.07	Cartificado recebíveis imobiliários-CRI	90.323	196.917
2.02.02.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	7.768	1.259
2.02.02.02.09	Outros tributos a pagar	17.056	26.097
2.02.02.02.10	Arrendamentos e concessões	2.580.144	2.204.039
2.02.02.02.11	Receitas diferidas	62.207	95.730
2.02.03	Tributos Diferidos	2.395.053	2.714.374
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.395.053	2.714.374
2.02.04	Provisões	507.022	490.584
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	507.022	490.584
2.02.04.01.05	Provisões para Demandas Judiciais	507.022	490.584
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.682.276	4.016.357
2.03.01	Capital Social Realizado	1.524.701	940.753
2.03.02	Reservas de Capital	220.960	172.542
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.218	-12.185
2.03.02.07	Reservas de capital	229.178	184.727
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-210.116	-3.422
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	4.680	3.404

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	4.142.051	2.903.080

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.014.555	4.037.923
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.769.147	-2.771.881
3.03	Resultado Bruto	1.245.408	1.266.042
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-339.767	-221.388
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-347.611	-292.850
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-537	60.298
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.381	11.164
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	905.641	1.044.654
3.06	Resultado Financeiro	-1.673.483	-1.166.553
3.06.01	Receitas Financeiras	378.453	-25.735
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.051.936	-1.140.818
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-767.842	-121.899
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	34.513	-35.986
3.08.01	Corrente	-76.708	-26.250
3.08.02	Diferido	111.221	-9.736
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-733.329	-157.885
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-733.329	-157.885
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-206.694	-30.030
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-526.635	-127.855
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,70000	-0,29800
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,70000	-0,29800

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-733.329	-157.885
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.092	14.489
4.02.01	Varição cambial sobre investimento no exterior	7.246	14.489
4.02.02	Perdas atuariais com plano de pensão	-1.154	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-727.237	-143.396
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-205.418	-26.626
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-521.819	-116.770

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.449.637	1.513.025
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.820.933	1.875.273
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e contribuição Social	-767.842	-121.899
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.120.019	616.528
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-8.381	-11.164
6.01.01.05	Resultado Apurado nas Alienações de Ativo Imobilizado	9.182	3.536
6.01.01.06	Provisão para Perdas com Demandas Judiciais	19.482	16.401
6.01.01.07	Provisão para Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	1.377	-3.733
6.01.01.08	Juros, Variações Monetárias e Cambiais, Líquidos	1.524.172	1.191.187
6.01.01.10	Plano de Opção de Ações	3.254	1.384
6.01.01.12	Outros	25.646	58.657
6.01.01.13	Arrendamentos e concessões	193.637	124.376
6.01.01.14	Receita diferida	-16.212	0
6.01.01.15	Take or pay	-283.401	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-371.296	-362.248
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	15.478	-11.414
6.01.02.02	Adiantamentos de Clientes	49.095	70.261
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-29.841	-14.297
6.01.02.05	Partes Relacionadas	2.898	153.324
6.01.02.06	Impostos e Contribuições Sociais a Recuperar	128.262	-35.529
6.01.02.07	Impostos e Contribuições Sociais a Recolher	-102.181	-49.900
6.01.02.08	Estoques	-49.226	-125.555
6.01.02.09	Ordenados e Salários a Pagar	-70.209	-17.759
6.01.02.10	Fornecedores	-22.421	-219.702
6.01.02.11	Adiantamentos a Fornecedores	4.717	-20.852
6.01.02.12	Contingências	-54.135	43.731
6.01.02.13	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-85.339	-129.496
6.01.02.14	Arrendamentos e concessões a pagar	-107.729	-68.212
6.01.02.15	Outros passivos financeiros	-50.665	63.152
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.957.716	-1.000.247
6.02.01	Adição ao Imobilizado, Software e Outros Intangíveis	-1.699.226	-1.405.478
6.02.03	Caixa líquido adquirido em aquisição de negócios	0	169.703
6.02.04	Títulos e valores mobiliários	-262.472	208.775
6.02.05	Caixa restrito	-106	22.753
6.02.06	Dividendos recebidos de controladas e associadas	8.193	4.000
6.02.07	Aumento de capital em controlada	-4.105	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	521.772	-352.417
6.03.02	Captações de Empréstimos e Financiamentos	3.715.216	3.085.971
6.03.04	Dividendos pagos	-1.676	-101.033
6.03.06	Amortização de principal	-4.390.879	-2.518.290
6.03.07	Amortização de juros	-1.172.660	-786.052
6.03.09	Compra de ações em tesouraria	0	-12.185
6.03.10	Aumento de capital em controlada	0	-25.103
6.03.11	Instrumentos financeiros derivativos	251	4.275
6.03.12	Integralização de capital	2.367.553	0
6.03.13	Opção sobre ações exercidas	3.967	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.693	160.361
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	246.849	86.488
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	260.542	246.849

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	940.753	172.542	0	-3.422	3.404	1.113.277	2.903.080	4.016.357
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	940.753	172.542	0	-3.422	3.404	1.113.277	2.903.080	4.016.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	583.948	48.418	0	0	0	632.366	1.760.790	2.393.156
5.04.01	Aumentos de Capital	583.948	0	0	0	0	583.948	0	583.948
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	-12.799	0	0	0	-12.799	-31.266	-44.065
5.04.08	Opção sobre ações exercidas	0	3.967	0	0	0	3.967	0	3.967
5.04.11	Plano de opção de ações	0	1.420	0	0	0	1.420	1.834	3.254
5.04.12	Varição na participação em controlada	0	55.830	0	0	0	55.830	-55.830	0
5.04.13	Aumento de capital em controlada	0	0	0	0	0	0	1.846.052	1.846.052
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-206.694	1.276	-205.418	-521.819	-727.237
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-206.694	0	-206.694	-526.635	-733.329
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	1.276	1.276	4.816	6.092
5.05.02.06	Efeito de câmbio	0	0	0	0	1.603	1.603	5.643	7.246
5.05.02.07	Perdas atuariais com plano de pensão	0	0	0	0	-327	-327	-827	-1.154
5.07	Saldos Finais	1.524.701	220.960	0	-210.116	4.680	1.540.225	4.142.051	5.682.276

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	940.753	187	26.608	0	0	967.548	360.702	1.328.250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	940.753	187	26.608	0	0	967.548	360.702	1.328.250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	172.355	-26.608	26.608	0	172.355	2.659.148	2.831.503
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-12.185	0	0	0	-12.185	0	-12.185
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-71.807	-71.807
5.04.08	Aumento de participação em controlada-compra de ações de não controladores Rumo Logística	0	-6.086	0	0	0	-6.086	-19.017	-25.103
5.04.09	Combinação de negócios Rumo S.A	0	189.710	0	0	0	189.710	2.749.505	2.939.215
5.04.10	Plano de opção de ações	0	916	0	0	0	916	467	1.383
5.04.11	Absorção de prejuízo acumulados com reservas	0	0	-26.608	26.608	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-30.030	3.404	-26.626	-116.770	-143.396
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-30.030	0	-30.030	-127.855	-157.885
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.404	3.404	11.085	14.489
5.05.02.06	Efeito de câmbio	0	0	0	0	3.404	3.404	11.085	14.489
5.07	Saldos Finais	940.753	172.542	0	-3.422	3.404	1.113.277	2.903.080	4.016.357

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.01	Receitas	5.526.636	4.453.299
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.453.796	4.382.881
7.01.02	Outras Receitas	74.217	66.685
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.377	3.733
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.054.709	-1.677.399
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.121.741	-1.206.019
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-932.968	-471.380
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.471.927	2.775.900
7.04	Retenções	-1.120.019	-616.528
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.120.019	-616.528
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.351.908	2.159.372
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	310.752	175.839
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.381	11.164
7.06.02	Receitas Financeiras	302.371	164.675
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.662.660	2.335.211
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.662.660	2.335.211
7.08.01	Pessoal	627.388	478.753
7.08.01.01	Remuneração Direta	488.844	413.176
7.08.01.02	Benefícios	108.359	42.957
7.08.01.03	F.G.T.S.	30.185	22.620
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	431.788	372.014
7.08.02.01	Federais	343.402	305.123
7.08.02.02	Estaduais	62.961	52.823
7.08.02.03	Municipais	25.425	14.068
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.336.813	1.642.329
7.08.03.01	Juros	1.975.854	1.320.906
7.08.03.02	Aluguéis	360.959	321.423
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-733.329	-157.885
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-206.694	-30.030
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-526.635	-127.855

Relatório da Administração**COSAN LOGÍSTICA S.A.****RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Cosan Logística S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e com as normas internacionais de relatório financeiro, (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados no site: <http://ri.rumolog.com>

Relatório da Administração

APRESENTAÇÃO

A Companhia é a controladora da Rumo S.A. A empresa anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A. é a empresa resultante do processo de incorporação reversa da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo Logística”), ocorrida em 31 de dezembro de 2016 conforme aprovação dos Conselhos de Administração das Companhias em 19 de dezembro de 2016. A Rumo S.A. atualmente é a maior operadora logística com base ferroviária independente da América Latina, oferecendo uma grande variedade de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário nacional, distribuição, transporte customizado de contêineres, elevação portuária e serviços de armazenagem. Nossa principal área de atuação se estende sobre os Estados de Mato Grosso e São Paulo e os estados região sul do Brasil. Nossa rede ferroviária abrange uma área responsável por aproximadamente 80% do PIB do Brasil, onde quatro dos portos mais ativos do país estão localizados e através do qual a maior parte da produção de grãos do Brasil é exportada. A Rumo é composta por três principais unidades de negócios: (i) Operação Norte, (ii) Operação Sul e (iii) Operação de Contêineres.

Possuímos e operamos uma grande base de ativos, incluindo uma rede ferroviária que consiste em 4 concessões ferroviárias que se estendem por cerca de 12 mil quilômetros de linhas ferroviárias, aproximadamente 1.000 locomotivas e 25.000 vagões, centros de distribuição e instalações de armazenagem. Armazenamos grãos, açúcar e outras commodities agrícolas em nossos terminais no porto de Santos-SP, Paranaguá-PR e em outras localidades.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 2016 foi um ano de desafios para a Rumo. Nos primeiros meses do ano, o cenário cambial favorável para as exportações, que se estendeu desde o final de 2015, incentivou a antecipação do escoamento da safra de soja para o primeiro trimestre e a concentração de seus embarques para o início do segundo trimestre. Com isso, a partir do final do mês de maio, houve a consequente queda nos embarques do grão, uma vez que a maior parte da safra já havia sido escoada. Apesar disso, a Companhia conseguiu aumentar em 8,4% seu volume de soja transportado no primeiro semestre. Adicionalmente, adaptou sua estratégia comercial e operacional para direcionar sua capacidade disponível para o transporte de açúcar, aproveitando a maior demanda por transporte decorrente do cenário favorável para exportação da *commodity*.

Relatório da Administração

O início do segundo semestre foi marcado pela boa performance da Companhia, que esteve com sua capacidade totalmente dedicada ao escoamento da segunda safra de milho, uma vez que os menores volumes de soja no segundo trimestre, anteciparam a troca dos produtos transportados e armazenados. Em agosto, um incêndio no terminal de Rondonópolis (MT) ocasionou o direcionamento das cargas de milho, para o terminal de Alto Araguaia (MT), que tem uma menor distância média para o Porto de Santos, e com isso, menor TKU. Além disso, o cenário se deteriorou com a quebra da segunda safra de milho, antecipando a redução na demanda por transporte (a qual é comum no quarto trimestre). Novamente, neste segundo semestre a Rumo buscou adaptar sua estratégia comercial e de operações para continuar direcionando sua capacidade ociosa, decorrente da falta de grãos, para o transporte de outras cargas, principalmente o açúcar, que continuou apresentando maior demanda no segundo semestre.

A Rumo continuou seu plano de investimentos em 2016 e deve refletir ainda mais seus ganhos em 2017, uma vez que o cenário de mercado para exportação de grãos é positivo, o que incentiva o aumento na demanda por transporte. As principais ações foram relacionadas a (i) aquisições de material rodante; (ii) reforma de vagões e locomotivas; (iii) melhoria da via permanente; e (iv) iniciativas nos terminais e portos.

Relatório da Administração

MERCADO E CONDIÇÕES MACROECONÔMICAS

Em setembro de 2016 a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) concluiu sua análise para a produção total de grãos no Brasil na safra 2015/16, a qual atingiu 186 milhões de toneladas, cerca de 10% menor que a safra 2014/15. Foram registradas reduções de 0,8% e 20,9% nas safras de soja e milho, respectivamente, em relação à safra 2014/15. As quedas foram impulsionadas pela redução da área de plantio e, principalmente, pela menor produtividade, decorrente da adversidade climática, como estiagens prolongadas e altas temperaturas durante o ciclo das culturas. Nesse contexto, nosso negócio foi prejudicado de forma relevante, uma vez que 80% dos nossos volumes transportados são oriundos de produtos agrícolas destinados à exportação.

As exportações brasileiras de grãos em 2016 sofreram queda de 10% em comparação ao ano de 2015, e atingiram cerca de 88 milhões de toneladas escoadas, segundo dados da SECEX (Secretaria de Comércio Exterior).

Em 2016 o volume exportado de soja em grãos foi 5% menor que em 2015, atingindo 51,6 milhões de toneladas, esse movimento reflete a menor produção e a baixa produtividade da soja brasileira em decorrência das condições climáticas. Fortes chuvas atrasaram as plantações da soja e, logo em seguida, a seca prejudicou o desenvolvimento das lavouras. O farelo de soja também foi impactado, apresentando 14,4 milhões de toneladas vendidas para o exterior (queda de 3%). Quanto ao milho, a quebra de sua segunda safra limitou a demanda para exportação. Em 2016 o grão alcançou 21,9 milhões de toneladas escoadas, redução de 30%.

O início de 2016 foi marcado pela atípica antecipação das exportações brasileiras de soja. O cenário cambial favorável, que se estendeu desde 2015, incentivou a comercialização e contribuiu para uma concentração de embarques que perdurou até o início do segundo trimestre. Em contrapartida, a partir do final do mês de maio houve queda nos embarques, uma vez que boa parte dos volumes do grão já havia sido exportada.

O segundo semestre do ano foi prejudicado pela quebra da segunda safra de milho. Com a menor produção do grão, boa parte do volume que seria escoado ficou destinado ao abastecimento do mercado interno.

As projeções para 2017, apontam uma safra recorde de soja. Com a quebra da segunda safra de milho, os produtores conseguiram antecipar o plantio da soja, aproveitando o melhor período para sua produção. Com isso, a colheita também foi antecipada, o que foi ao encontro da alta procura dos compradores externos e garantiu o escoamento de mais de 30 mil toneladas de soja no mês de janeiro/17, ante 20 mil toneladas em janeiro/16. Esse cenário deve se manter durante o primeiro semestre, uma vez que o preço da soja brasileira é atrativo e o custo marítimo para importação do país é baixo. (Reuters)

Com relação ao milho segunda-safra 2016/2017, a CONAB estima uma produção de aproximadamente 59 milhões de toneladas, cerca de 44% acima da produção 2015/2016. O aumento da produção de milho de segunda-safra se deve à recuperação da produtividade das lavouras, que deve crescer 37,5%. Na safra passada, o chamado “milho safrinha” foi castigado pelo clima errático, com falta ou excesso de chuvas em períodos importantes de desenvolvimento das lavouras. (CONAB)

Relatório da Administração

As expectativas para a produção e exportação de açúcar em 2017 também são boas. Os preços do açúcar se mantem em alta no mercado internacional, uma vez que a redução na produção da commodity na Índia e Tailândia, segundo e terceiro maiores produtores de açúcar, respectivamente, tem ficado abaixo da produção esperada para o período. Dessa forma, assim como no ano anterior, o Brasil deve se destacar na exportação do açúcar, visto que terá um percentual maior de cana destinada a produção da commodity e menor para o etanol. (Reuters)

Relatório da Administração

DESTAQUES DE 2016

Resultado Consolidado

Os números abaixo refletem os resultados consolidado da Companhia que incluem sua controlada da Rumo S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o exercício Combinado findo em 31 de dezembro de 2015, de modo a permitir a comparabilidade, uma vez que a aquisição da ALL se deu em 1º de abril de 2015 e em 31 de dezembro de 2016 a Rumo S.A., antiga ALL Holding, incorporou a Rumo Logística.

Indicadores Financeiros (Valores em R\$ MM)	2016	2015 Combinado	Var. %
Receita Líquida	5.014,6	4.802,5	4,4%
Transporte	3.960,8	4.078,1	-2,9%
Elevação	308,3	239,1	29,0%
Outros	745,5	485,3	53,6%
EBITDA Total	2.025,7	1.918,0	5,6%
Margem EBITDA (%)	0,4	0,4	0,5 p.p.
Lucro Líquido (Prejuízo)	(733,3)	(457,9)	37,55%
Margem Líquida (%)	-14,6%	-9,5%	-4,9 p.p.

O volume total transportado em 2016 apresentou redução de 10,3% totalizando 40,3 bilhões de TKU principalmente devido à redução nos volumes agrícolas transportados. A tarifa média de transporte teve crescimento de 8,5% atingindo R\$ 96,0 / mil TKU. O volume elevado no porto foi de 13,1 milhões de toneladas, 12,3% superior a 2015.

A receita líquida atingiu R\$ 5,0 bilhões, 4,4% superior ao reportado em 2015 e o EBITDA foi de R\$ 2,0 bilhões representando um crescimento de 5,3% em relação a 2015. Em 2016 o resultado consolidado foi um prejuízo de R\$ 733,3 milhões.

Relatório da Administração

INVESTIMENTOS

Em 2016, o investimento total da Rumo foi de R\$ 1,9 bilhão. Os investimentos recorrentes representam manutenção de material rodante, via permanente e tecnologia operacional, cujos benefícios previstos sejam superiores a 12 meses. No ano de 2016, em função da redução no volume transportado, parte do capex recorrente no segundo semestre, destinada a material rodante, foi postergada. Os investimentos em expansão foram compostos principalmente (i) pela aquisição de 39 locomotivas GE AC44, 16 locomotivas GE ES-43 e 925 vagões HPT, (ii) pelo projeto de melhorias nas vias da Baixada Santista e porto de Santos, (iii) recapacitação de trechos e (iv) reformas, melhorias e recuperação de alguns pátios e dos principais terminais operados pela Companhia, para aumento da produtividade.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento Total (Valores em R\$ MM)	4T16	4T15	Var. %
Bancos Comerciais	250,0	937,4	-73,3%
NCE	1.047,6	838,1	25,0%
BNDES	3.909,1	3.882,5	0,7%
Debêntures	3.316,5	2.927,2	13,3%
Endividamento Bancário Total	8.523,2	8.585,2	-0,7%
Arrendamento Mercantil	1.397,5	1.741,7	-19,8%
Certificado de Recebíveis Imobiliários	195,7	285,0	-31,3%
Endividamento Abrangente Bruto Total	10.116,5	10.611,9	-4,7%
Caixa e Equiv. de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários ¹	(1.263,0)	(658,5)	91,8%
Instrumentos Derivativos Líquidos	8,6	(98,1)	-108,8%
Dívida Abrangente Líquida Total	8.862,1	9.855,3	-10,1%
EBITDA LTM	2.025,7	1.918,0	5,6%
Alavancagem (Dívida Abrangente Líquida/EBITDA LTM)	4,37x	5,14x	-15,0%

¹ O 4T16 inclui caixa restrito vinculado a dívidas bancárias no montante de R\$ 85,9 milhões.

No âmbito do reperfilamento das dívidas vincendas entre 2016 e 2018 no montante de total de R\$ 2,9 bilhões, os patamares de covenants foram renegociados com os bancos comerciais e definidos para uma alavancagem máxima de 4,5x dívida líquida abrangente/EBITDA LTM e índice de cobertura de juros mínimo de 1,1x EBITDA/Resultado Financeiro para 31/12/2016. A dívida líquida abrangente inclui as dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificados de recebíveis imobiliários, deduzidos do caixa e equivalente de caixa, bem como títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Em 11 de outubro de 2016, o BNDES realizou enquadramento de crédito dos projetos apresentados para análise de viabilidade de apoio financeiro em um valor total aproximado de R\$ 3,5 bilhões. O enquadramento é uma das etapas principais do processo de concessão de financiamento do BNDES. Os demais procedimentos regulamentares ainda deverão ser efetivados junto às áreas competentes do banco. A liberação de crédito do BNDES, em conjunto com as operações já concluídas de aumento de capital (R\$ 2,6 bilhões) e reperfilamento de dívidas (R\$ 2,9 bilhões), compõe o plano de reestruturação da Companhia e são medidas fundamentais para garantir equilíbrio da estrutura financeira e o suporte necessário para execução do plano de investimento de longo prazo.

Relatório da Administração

Conforme Comunicado ao Mercado em 02 de fevereiro de 2017, a Rumo divulgou a precificação e colocação de títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes due 2024, de emissão de sua subsidiária, Rumo Luxembourg S.A., no valor total de US\$ 750 milhões de dólares, com vencimento em fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente.

O endividamento abrangente bruto total ao final do 4T16 foi de R\$ 10,1 bilhões, 4,7% inferior ao 4T15. A alavancagem apresentou queda de 15,0% atingindo 4,4x, considerando o EBITDA de R\$ 2,0 bilhões dos últimos 12 meses. A queda de 10,1% no saldo da dívida líquida abrangente deve-se maior nível de caixa em virtude do aumento de capital realizado em abril de 2016. Todas as dívidas denominadas em moeda estrangeira da Rumo encontram-se protegidas contra variações da taxa de câmbio.

PROPOSTA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou prejuízo com isso não há proposta para retenção de resultados.

Relatório da Administração

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE

Em 2016 mais de 2,1 milhões pessoas foram beneficiadas com ações de Responsabilidade Socioambiental. A Companhia apoia projetos de caráter socioambiental, contribuindo com a transformação das comunidades onde atua. São projetos educacionais, ambientais, de inclusão social e esportivos que elevam o nome da Rumo como marca transformadora. Entre essas iniciativas, constam o apoio ao projeto comunitário “De Bem com o Manguê” (fomento à separação de lixo reciclável pelos moradores da comunidade Vila Esperança em Cubatão/SP, que trocam resíduos pela moeda local, aceita no comércio do bairro); as oficinas de grafiteagem do muro de isolamento da ferrovia por meio do projeto “Da Linha pra Frente” (também em Cubatão); o projeto “Patrulha da Limpeza” (reinserção social de presidiários da Colônia Penal Agroindustrial do Paraná, localizada em Piraquara, por meio de execução de serviços de capina, roçada, coleta e destinação correta de resíduos sólidos na extensão da faixa de domínio da ferrovia e em todo o perímetro urbano do município); “Todo Dia É Dia da Árvore” (ação desenvolvidas nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o objetivo de contribuir com a conservação ambiental e o reflorestamento urbano, estimulando o plantio e a conservação de árvores); e as Oficinas de Educação Ambiental e Segurança Ferroviária, voltadas a alunos do 4º e do 5º ano de escolas públicas próximas à linha férrea. Ainda merecem destaques: a construção do Biobanco para o Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba/PR, onde será feito o armazenamento e gerenciamento de amostras de diversos tipos de materiais humanos utilizadas em pesquisas; apoio para a construção do Centro de Tratamento de Queimaduras da Santa Casa de Misericórdia de Campinas/SP; a construção do Anfiteatro de Itirapina/SP, além de 56 outros projetos sociais, culturais e esportivos.

A Rumo também apoia e incentiva várias atividades esportivas, além de ser patrocinadora oficial da Confederação Brasileira de Rugby.

Responsabilidade social, para nós, é a forma de gestão ética e transparente dos nossos negócios e atividades e das nossas relações com todos os públicos de interesse. Para isto, desenvolvemos ações de promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Respeitamos a diversidade humana e cultural e repudiamos a discriminação, o trabalho degradante e o trabalho infantil e escravo. Buscamos contribuir para o desenvolvimento sustentável e para a redução da desigualdade social. Acreditamos que com nossas ações estamos contribuindo para a construção de um mundo melhor e mais fraterno.

Nosso modelo de gestão considera o longo prazo nas decisões do presente. E nossa visão de futuro é criar valor para o desenvolvimento e ser protagonista em estratégias que transformem realidades e se perpetuem ao longo do tempo. Por isto, incentivamos iniciativas que buscam movimentar e transformar a sociedade.

Relatório da Administração

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2016, contávamos com 9.462 empregados em regime CLT.

A Companhia mantém relacionamento com Sindicatos de Trabalhadores que representam seus empregados, sendo que aproximadamente 20% destes empregados são sindicalizados. Os acordos e convenções coletivas das quais fazemos parte ou negociamos diretamente geralmente têm duração de 12 meses. A Companhia preza pelo cumprimento da legislação trabalhista aplicável, além de cumprir rigorosamente todas as condições acordadas nos instrumentos coletivos celebrados com os sindicatos, aplicando-as igualmente aos empregados sindicalizados e não sindicalizados.

Oferecemos aos nossos empregados, incluindo nossos executivos, pacote de benefícios que incluem refeições balanceadas, assistência médica, hospitalar e odontológica, cesta alimentar ou vale-alimentação, seguro de vida em grupo, bolsa de estudos, dentre outros, aplicáveis aos seus diferentes públicos internos. Todos os nossos empregados fazem jus aos programas de participação nos resultados, customizados por área de atuação e desenvolvidos de acordo com a legislação aplicável, com a participação de comissões de trabalhadores e representantes dos sindicatos profissionais, cuja remuneração é baseada no atingimento de metas e desempenho operacional. Os membros do nosso Conselho de Administração não têm direito a esses benefícios.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31 de dezembro de 2016 o capital social estava representado por 366.490.593 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o *ticker* RLOG3 desde outubro de 2014, listada no Novo Mercado, o mais alto nível de governança.

O relacionamento da Companhia com a comunidade financeira e com os investidores é pautado pela divulgação de informações com transparência e caracterizado pelo respeito aos princípios dos mais altos níveis de governança, legais e éticos. A área de Relações com Investidores faz contatos com investidores e analistas de mercado, promovendo eventos para a divulgação de informações relativas ao desempenho da Companhia. Além disso, mantém um site de relações com investidores com informações sempre atualizadas, específicas, segmentadas e direcionadas para públicos distintos.

AUMENTO DE CAPITAL

Em 7 de abril de 2016 a Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. concluiu o processo de capitalização de R\$ 2,6 bilhões. O aumento de capital possibilitou a celebração de proposta com bancos comerciais para a reestruturação de R\$ 2,9 bilhões em dívidas vincendas entre 2016 e 2018 para um prazo de 7 anos, com 3 anos de carência, bem como o comprometimento do BNDES com aprovação de linhas adicionais de crédito no

Relatório da Administração

montante total de R\$ 3,5 bilhões que serão dedicadas a execução do plano de investimentos. A conclusão destas três iniciativas fortalece a estrutura de capital da Companhia e garante sua liquidez pelos próximos 3 anos.

REPERFILAMENTO DE DÍVIDAS

Em 28 de junho de 2016 foi concluído o processo de reperfilamento de parte das dívidas com vencimento em 2016, 2017 e 2018, totalizando R\$ 2,9 bilhões. O processo foi concluído com recursos oriundos da emissão de debêntures no valor de R\$ 2,32 bilhões, e também pela celebração de aditamentos às notas de crédito à exportação existentes no valor de principal agregado de R\$ 550 milhões. Os dois instrumentos passaram a ter vencimento em 2023. O reperfilamento das dívidas segue em linha com o plano de reestruturação financeira, garantindo maior liquidez para seus compromissos de curto prazo, em adição ao aumento de capital de R\$2.6 bilhões concluído em 7 de abril de 2016.

INCORPORAÇÃO DA RUMO LOGÍSTICA PELA RUMO S.A.

Em 30 de novembro de 2016 foi aprovado a alteração da razão social da Rumo S.A. anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A..

Em 19 de dezembro de 2016, a Rumo Logística e a Rumo S.A., em atendimento às disposições das Instruções CVM nºs 358/2002, conforme alterada e 565/2015 (“ICVM 565”) através dos Conselhos de Administração das Companhias aprovaram a operação de incorporação da Rumo Logística pela Rumo S.A. (“Incorporação”), nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação da Rumo Logística pela Rumo S.A.”. A operação ocorreu contabilmente em 31 de dezembro de 2016 e consistiu na reorganização societária por meio da incorporação reversa da Rumo Logística pela Rumo S.A. e conseqüente extinção da primeira, com sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Rumo S.A., nos termos dos artigos 224 a 227 da nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Relatório da Administração

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES EXTERNOS

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a soma dos outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes e suas partes relacionadas, referente a outros serviços relacionados a auditoria, incluindo carta conforto para as operações de mercado de capital, durante o exercício vigente, foi de 30% do valor total de seus respectivos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia e que não tiveram qualquer implicação no princípio de independência descrito no parágrafo acima.

Com base em referidos princípios, a KPMG Auditores Independentes informou que a prestação de tais serviços, conforme descritos acima, não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços prestados à Companhia.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Rumo agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus empregados pela dedicação e esforço empreendidos durante o ano de 2016.

Para detalhes da análise dos resultados de 2016, visite o nosso site: <http://ri.rumolog.com>.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 16 de fevereiro de 2017 pela KPMG Auditores Independentes, CRC SP-014428/O-6 F-PR.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017.

Notas Explicativas

1 Contexto Operacional

A Cosan Logística S.A. (“Companhia” ou “Cosan Logística”) é uma companhia de capital aberto com ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (“BM&FBOVESPA”) sob o código RLOG3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada direta da Cosan Ltd. (“CZZ”), que detém 72,24% do seu capital. Em 1º de abril de 2015 a Companhia passou a deter o controle integral sobre o capital social da Rumo S.A. (“Rumo S.A.”), anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A. através de sua extinta controlada direta Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo Logística”), atualmente incorporada pela Rumo S.A.

A Companhia tem por objetivo a administração, direta ou indireta, de participações societárias em empresas do setor de infraestrutura, tais como, mas não a essas se limitando, logística, transporte de cargas, operação portuária de terminais de distribuição e demais atividades relacionadas.

A Companhia é, por meio de sua controlada direta Rumo S.A., prestadora de serviços no setor de logística (transporte e elevação), principalmente destinados à exportação de commodities, oferecendo uma solução integrada de transporte, movimentação, armazenagem e embarque desde os centros produtores até os principais portos do sul e sudeste do Brasil, além de participar em outras sociedades e empreendimentos, cujo objeto seja relacionado com infraestrutura.

A Rumo S.A. opera no segmento de transporte ferroviário na região Sul do Brasil, através da controlada ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A. (“ALL Malha Sul”), e na região Centro-Oeste e Estado de São Paulo através das controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. (“ALL Malha Paulista”), ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. (“ALL Malha Norte”) e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. (“ALL Malha Oeste”). Além disso, a controlada Brado Logística e Participações S.A. (“Brado”) opera no segmento de contêineres, enquanto a Elevações Portuárias S.A. (“Elevações Portuárias”) conta com terminais de transbordo e terminais exportadores de açúcar e grãos no Porto de Santos.

A Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou um capital circulante líquido consolidado negativo de R\$1.087.486 e prejuízo consolidado de R\$733.329. Em compensação, apresentou uma geração líquida consolidada de caixa operacional de R\$1.449.637 e efetuou investimentos em modernização de sua frota e melhoria da malha ferroviária no montante de R\$1.699.226, em linha com o seu plano de negócios.

Em 7 de abril de 2016 a antiga controlada Rumo Logística finalizou o processo de capitalização através de uma oferta pública de ações no montante de R\$2.600.000 com emissão de 1.040.000.000 de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 (“Oferta Restrita”) e da *Regulation “S”* para investidores estrangeiros.

Notas Explicativas

Em 28 de junho de 2016 foi encerrado o processo de reperfilamento de parte das dívidas da Rumo Logística, da Rumo S.A. e da ALL Malha Norte, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018, num valor total de R\$2.925.647 (“Dívidas Reperfiladas”), garantindo maior liquidez para os compromissos de curto prazo e em linha com as iniciativas para sua reestruturação financeira. As dívidas reperfiladas tem prazo de vencimento de 7 (sete) anos, em 13 de junho de 2023.

O aumento de capital aliado ao reperfilamento de dívidas acima mencionado equacionou integralmente o risco de continuidade operacional da Companhia.

Em 10 de outubro de 2016, em resposta ao processo de Consulta Prévia relativa ao Plano de Investimento 2015-2018 feita ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Rumo Logística recebeu, correspondência do Comitê de Enquadramento, Crédito e Mercado de Capitais, informando do enquadramento dos projetos apresentados para análise de viabilidade de apoio financeiro em um valor total aproximado de R\$3,5 bilhões. O enquadramento é uma das etapas principais do processo de concessão de financiamento do BNDES. Os demais procedimentos regulamentares ainda deverão ser efetivados junto às áreas competentes do banco.

Em 30 de novembro de 2016 foi aprovado pela Companhia a alteração da razão social da Rumo S.A. anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A..

Em 19 de dezembro de 2016, a Rumo Logística e a Rumo S.A., em atendimento às disposições das Instruções CVM nºs 358/2002, conforme alterada e 565/2015 (“ICVM 565”) através dos Conselhos de Administração das Companhias aprovaram a operação de incorporação da Rumo Logística pela Rumo S.A. (“Incorporação”), nos termos do “Protocolo e Justificação de Incorporação da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. pela Rumo S.A.”. A operação ocorreu contabilmente em 31 de dezembro de 2016 e consistiu na reorganização societária por meio da incorporação reversa da Rumo Logística pela Rumo S.A. e consequente extinção da primeira, com sucessão de todos os seus bens, direitos e obrigações pela Rumo S.A., nos termos dos artigos 224 a 227 da nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

Adicionalmente, após o evento descrito no parágrafo anterior, na mesma data e horários posteriores, ocorreu o aumento de capital da Rumo S.A. na nova subsidiária indireta do segmento, Elevações Portuárias no valor de R\$672.396 relacionado às operações portuárias que anteriormente ocorriam na extinta controlada direta Rumo Logística, e também o aporte pela Rumo S.A. de ativos (vagões e locomotivas) no valor de R\$895.727 na subsidiária indireta ALL Malha Norte.

Com a aquisição da Rumo S.A. em 1º de abril de 2015, os resultados operacionais consolidados da Companhia para o exercício corrente não são necessariamente comparáveis com as informações apresentadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

a) Concessão de operação ferroviária e terminal portuário

A Companhia detém, através de subsidiárias ou coligadas, a concessão de serviços de ferrovia e terminais portuários, cuja abrangência e término estão descritos a seguir:

Empresas	Término da concessão	Área de abrangência
Subsidiárias		
Elevações Portuárias	Março de 2036	Porto de Santos-SP
ALL Malha Paulista	Dezembro de 2028	Estado de São Paulo
ALL Malha Sul	Fevereiro de 2027	Sul do Brasil e Estado de São Paulo
ALL Malha Oeste	Junho de 2026	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
ALL Malha Norte	Maior de 2079	Centro-Oeste e Estado de São Paulo
Portofer	Junho de 2025	Porto de Santos-SP
Coligadas		
Terminal XXXIX	Outubro de 2025	Porto de Santos-SP
TGG - Terminal de Granéis do Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP
Termag - Terminal Marítimo de Guarujá	Agosto de 2027	Porto de Santos-SP

As controladas e coligadas acima estão sujeitas ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias e terminais portuários. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável a Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 17/CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Os contratos de concessão dessas controladas e coligadas serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos às controladas, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União pelo valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis das controladas, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito a avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

Notas Explicativas

2 Base de preparação e principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de fevereiro de 2017.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas subsidiárias domiciliadas no Brasil, uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa. Para as controladas localizadas no exterior, cuja moeda funcional difere do Real, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram convertidos pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos da conversão estão registrados em outros resultados abrangentes e no patrimônio líquido.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 11 e 12 - Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados inclui as estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo na data de aquisição dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios é uma estimativa significativa.

Notas Explicativas

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na nota 12.

• Nota 18 – Compromissos de arrendamento operacional

A Companhia contratou arrendamentos mercantis de material rodante (locomotivas e vagões). A classificação do arrendamento como operacional ou financeiro é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume substancialmente todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

• Nota 15 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual estes possam ser utilizados. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

• Nota 28 - Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• Nota 23 - Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota 23.

Notas Explicativas

• Nota 17 - Provisão para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos contábeis, incluindo o nível de hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, sempre que possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Notas Explicativas

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais consolidados:

- os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados pelo valor justo;
- obrigações de benefícios definidos dos empregados são apresentados pelo valor presente da obrigação atuarial líquido do valor justo dos ativos do plano.

2.5 Apresentação das Informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

A Administração está estruturada em duas vice-presidências, sendo a primeira focada nas operações Sul (composta pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da ALL Malha Sul e da ALL Malha Oeste) e a segunda focada nas Operações Norte (composta pelas operações ferroviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Rumo S.A., Elevações Portuárias, da ALL Malha Norte e da ALL Malha Paulista). Um terceiro segmento é composto pela Brado, controlada indireta da Companhia, focada na operação de contêineres e outros resultados das operações de contêineres nas malhas. Com isso, a Companhia passou a apresentar três segmentos: (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

Notas Explicativas

2.6 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listadas a seguir:

	Participação direta e indireta	
	31/12/2016	31/12/2015
Controladas		
Diretas		
Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (i)	-	26,26%
Rumo S.A. (ii)	28,37%	26,26%
Indiretas		
Logisport Armazéns Gerais S.A.	14,47%	13,39%
Elevações Portuárias S.A. (iii)	28,37%	-
Rumo Luxembourg Sarl (iv)	28,37%	-
ALL Intermodal S.A.	28,37%	26,26%
ALL Malha Oeste S.A.	28,37%	26,26%
ALL Malha Paulista S.A.	28,37%	26,26%
ALL Malha Sul S.A.	28,37%	26,26%
ALL Malha Norte S.A. (v)	28,22%	26,06%
ALL Participações S.A. (vi)	-	26,26%
ALL Armazéns Gerais Ltda.	28,37%	26,26%
Portofer Ltda.	28,37%	26,26%
Boswells S.A.	28,37%	26,26%
Brado Holding S.A.	28,37%	26,26%
Brado Logística e Participações S.A.	17,65%	16,34%
Brado Logística S.A.	17,65%	16,34%
ALL Serviços Ltda.	28,37%	26,26%
ALL Equipamentos Ltda. (vi)	-	26,26%
ALL Argentina S.A.	25,81%	23,89%
ALL Mesopotâmica S.A.	20,02%	18,53%
ALL Central S.A.	20,87%	19,31%
Paranaguá S.A.	28,32%	26,22%
ALL Rail Management Ltda.	14,19%	13,13%
PGT S.A.	28,37%	26,26%

- (i) Empresa incorporada em 31 de dezembro de 2016 pela Rumo S.A., extinta controlada direta da Companhia.
- (ii) Anteriormente denominada ALL – América Latina Logística S.A., atual controlada direta da Companhia.
- (iii) Empresa constituída em 18 de fevereiro de 2016, controlada indireta da Companhia, recebeu o aporte da operação de elevação em 31 de dezembro de 2016.
- (iv) *Offshore* constituída em 25 de outubro de 2016, controlada indireta da Companhia.
- (v) Aporte de capital da Rumo S.A. em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$897.899.
- (vi) Empresas incorporadas em 1º de março de 2016 pela controlada indireta ALL Intermodal S.A.

Apesar de possuir participação de 28,37% na nova estrutura acionária, a Companhia é o maior acionista individual e continua controlando a Rumo S.A. e suas controladas. Com base no acordo de acionistas representando a maioria do capital votante da Rumo S.A., o Conselho de Administração é constituído por 17 membros, sendo que sua maioria, ou seja, 9 membros, são eleitos pela Companhia que, dessa forma, está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a Rumo S.A. e de suas controladas e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a Rumo S.A. e de suas controladas.

Notas Explicativas

a) Combinação de Negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos. Qualquer ágio derivado da transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável (teste de *impairment*). Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes aos pagamentos de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Participação de acionistas não controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em participação proporcional dos ativos líquido identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizados como transações de patrimônio líquido.

c) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, controladas são contabilizadas pelo uso da equivalência patrimonial.

d) Investimento em coligadas (equivalência patrimonial das investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as suas políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

As seguintes coligadas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Coligadas (Equivalência patrimonial)	<u>Participação direta e indireta</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Rhall Terminais Ltda.	30,00%	30,00%
Termag S.A. (i)	19,85%	19,85%
TGG S.A. (i)	9,92%	9,92%
Terminal XXXIX S.A.	49,62%	49,62%

- (i) Para essas coligadas, a conclusão sobre a existência de influência significativa decorre da participação de representante da Companhia no conselho da coligada.

Notas Explicativas

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, a parcela atribuível à Companhia sobre o lucro ou prejuízo líquido do exercício desses investimentos é registrada na demonstração do resultado sob a rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. Todos os saldos intergrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intergrupo, são eliminados por completo. Os outros resultados abrangentes de controladas são registrados diretamente no patrimônio líquido da Companhia sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”.

e) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados similarmente, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.7 Moeda estrangeira

• Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais de cada subsidiária, utilizando as taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

• Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação.

Notas Explicativas

- **Conversão das demonstrações financeiras das controladas**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram convertidas para o Real utilizando os seguintes critérios:

- a) os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço;
- b) o resultado, resultado abrangente e os fluxos de caixa foram convertidos pela taxa de câmbio média mensal; e
- c) o patrimônio líquido foi convertido utilizando a taxa de câmbio histórica.

As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada “Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior”.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nestas demonstrações financeiras consolidadas e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período.

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$ 3,2591 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2016, R\$ 3,9048 = US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015.

2.8 Instrumentos financeiros

- a) **Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

- **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem compromissadas de debêntures ativamente gerenciadas pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

- **Ativos financeiros mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, contas a receber de clientes, recebíveis de partes relacionadas e outros créditos.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros resgatáveis em três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Desreconhecimento (baixa)**

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- b) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

Notas Explicativas

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

A Companhia normalmente classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos.

Passivos financeiros compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamento mercantil, certificado de recebíveis imobiliários, fornecedores, pagáveis a partes relacionadas, dividendos a pagar, parcelamento de débitos – REFIS, limite de cheque especial bancário e outras contas a pagar.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Capital social

• Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizados conforme o IAS 12.

Notas Explicativas

d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo *hedge accounting*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quando continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam “altamente eficazes” na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

i) *Hedges* de fluxo de caixa:

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item objeto de *hedge* é um ativo não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é mantido em outros resultados abrangentes e reclassificados para o resultado no mesmo período ou períodos em que o item não financeiro afeta o resultado. Se a transação prevista já não está prevista para ocorrer, então o saldo no patrimônio líquido é reclassificado para lucros ou prejuízos.

Notas Explicativas

e) Passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

A Companhia quitou contratos de empréstimos bilaterais denominados em dólares americanos via Resolução 4131/62 denominados em US\$ equivalente a R\$532.044. A exposição cambial em US\$ dessas operações foi protegida com operações de SWAP resultando em troca de indexador mitigando o risco de variação cambial. As oscilações de valor justo do derivativo contratado são contabilizadas no resultado.

A Companhia designou esses contratos de empréstimo como passivos mensurados pelo valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou ao menos reduzir significativamente a inconsistência na mensuração que de outra forma resultaria da mensuração e reconhecimento de ganhos e perdas sobre os empréstimos e os derivativos em diferentes bases. Como resultado, as oscilações de valor justo dos empréstimos contratados são também contabilizadas no resultado.

2.9 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição e pelo valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.10 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos equipamentos e restauração do local em que eles estão localizados, quando a Companhia tem a obrigação de retirar o bem ou restaurar o local; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Notas Explicativas

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(c) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de bens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida nos lucros ou prejuízos, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

A depreciação é calculada pelo método linear com base na vida útil média de cada ativo, seguindo as taxas percentuais médias anuais demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4% – 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% – 11%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% – 20%
Vagões	2,9% – 6%
Locomotivas	3,3% – 8%
Vias permanentes	4%
Móveis e utensílios	10% – 15%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

Notas Explicativas

2.11 *Intangíveis e ágio*

- **Direito de concessão**

O direito de concessão gerado na combinação de negócios da Rumo S.A. foi alocado integralmente a concessão da ALL Malha Norte e sua amortização será realizada linearmente até o final do contrato de concessão.

- **Ágio**

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial na controladora, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

- **Outros ativos intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

- **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Amortização**

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso sejam adequados.

2.12 *Redução ao valor recuperável (impairment)*

- **Ativos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

- **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs).

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada com ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.13 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Notas Explicativas

2.14 *Benefícios a empregados*

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas conforme o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser estimada de forma confiável.

- **Transações de pagamento baseado em ações**

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (vesting date). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (non-vesting), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

- **Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

O plano de previdência da Companhia mesmo sendo substancialmente de contribuição definida, possui um componente com característica variável, cujo risco está atrelado ao pagamento de benefício mínimo e ao acréscimo das contribuições futuras das patrocinadoras nos benefícios em ocasião de Pensão por Morte do contribuinte Ativo, bem como em Aposentadoria por Invalidez, limitado a três salários. Eventual passivo atuarial apurado é registrado pela Companhia.

Notas Explicativas

2.15 *Receita*

- **Receita de serviços**

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres, de armazenagem e de transbordo e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos no momento em que o serviço logístico é prestado.

- **Receita diferida**

A Companhia possui receita diferida composta por adiantamentos recebidos de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

2.16 *Subvenções e assistências governamentais*

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. A controlada ALL Malha Norte possui um incentivo fiscal cujo benefício compreende redução de 75% sobre o IRPJ e adicionais não restituíveis apurados sobre o lucro de exploração iniciado em 2008 e término do prazo em 2024.

2.17 *Arrendamentos mercantis*

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

- a) **Ativos arrendados**

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os ativos detidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Notas Explicativas

b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos linearmente como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Os valores pagos antecipadamente pela Companhia são registrados no ativo e alocados no resultado linearmente no decorrer do prazo do contrato. Os encargos incorridos no exercício de carência são registrados no resultado e mantidos como obrigações a pagar, sendo baixados proporcionalmente ao pagamento das parcelas correntes.

2.18 *Receitas e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se os movimentos em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho líquido ou perda líquida.

2.19 *Impostos e contribuições*

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

- **Imposto de renda e contribuição social corrente**

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, na data do balanço, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

Notas Explicativas

- **Impostos indiretos**

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre prestação de serviços.

- **Riscos fiscais**

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações terão impacto na despesa de imposto no exercício em que tal determinação é efetuada.

2.20 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

2.21 Fluxo de caixa – transações que não envolveram caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram o caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa consolidados:

- Arrendamento de locomotivas, vagões e outros ativos através de operação caracterizada contabilmente como leasing financeiro no montante de R\$264.026.

2.22 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permita aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

Notas Explicativas

Para atender os novos requerimentos de divulgação, a Companhia pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento.

Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre lucro

As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, a Companhia não espera qualquer impacto significativo.

IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes

Introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo IAS 8 – Receitas, IAS 11 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para os períodos anuais com início em 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto da adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras.

- i. Receita de produtos: as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos. Dessa forma, não identificamos na Companhia e suas controladas, até o momento, ajustes materiais no reconhecimento dessa receita.
- ii. Receita de serviços: Obrigações de desempenho separadas terão de ser identificados em conexão com a prestação de serviços de transporte.

A Companhia adotará a IFRS 15 em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e pretende utilizar a abordagem retrospectiva. Como resultado, a Companhia aplicará todos os requerimentos da IFRS 15 a cada período comparativo apresentado ajustando as demonstrações financeiras anteriormente apresentadas.

A Companhia planeja utilizar os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

Notas Explicativas

A Companhia está atualmente realizando uma avaliação detalhada do impacto resultante da aplicação da IFRS 15 e espera divulgar informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiros da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de *hedge*, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9 serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.
- Os novos requerimentos de contabilidade de *hedge* devem ser aplicados prospectivamente. No entanto, a Companhia poderá optar por aplicar a alteração esperada na contabilização das mudanças no valor justo do elemento a termo dos contratos de câmbio retroativamente. A Companhia não tomou qualquer decisão relativa a esta opção.

As seguintes avaliações devem ser efetuadas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial:

- A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido.

Notas Explicativas

- A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo.
- A designação de determinados instrumentos patrimoniais não mantidos para renovação com valor justo nos outros resultados abrangentes.

IFRS 16 Arrendamentos

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidade que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes, ou antes, da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado seria o reconhecimento de ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de material rodante e vias permanentes da Companhia e suas controladas. A natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais.

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma:

- Abordagem retrospectiva; ou
- Abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

O arrendatário aplicará essa escolha consistentemente a todos os seus arrendamentos. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019. A Companhia ainda não determinou qual a abordagem de transição aplicará.

A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção do IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção da IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Companhia celebrará. A Companhia espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

Notas Explicativas

3 Combinação de Negócios

Conforme descrito na nota 1, em 1º de abril de 2015, após as devidas aprovações dos órgãos competentes, a Rumo Logística incorporou 100% das ações ordinárias da Rumo S.A. anteriormente denominada ALL e, por meio de acordo de acionistas, passou a deter o seu controle integral e consolidar os seus resultados.

A incorporação se deu por troca de ações, com a emissão, pela Rumo Logística, de 1.963.670.770 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, representando 65,67% do seu patrimônio líquido, em troca de 100% do capital social da Rumo S.A., representado por 681.995.165 ações ordinárias.

Como resultado da aquisição, a Companhia consolida sua estratégia de participação no segmento de logística e infraestrutura no Brasil, ao incorporar aproximadamente 12.000 km de malha ferroviária presentes nas concessões da Rumo S.A..

a) Contraprestação transferida

Como base para mensuração do valor justo da contraprestação transferida foi utilizada a cotação das ações da Rumo S.A. (“ALLL3”) na BM&F BOVESPA no encerramento do pregão em 31 de março de 2015 ao preço de R\$3,97 por ação. Adicionalmente, o valor foi ajustado pela liquidação de relação preexistente, conforme demonstrado a seguir:

Ações ordinárias adquiridas (681.995.165) a R\$3,97	2.707.534
Liquidação de relação preexistente	29.838
Total da contraprestação transferida	<u>2.737.372</u>

Liquidação da relação preexistente

Em março de 2009, a Rumo Logística e a Rumo S.A. firmaram acordo operacional (relação preexistente) para o fornecimento de serviços de logística de transporte de açúcar e outros grãos, a partir do oeste do estado de São Paulo ao Porto de Santos, no qual a Companhia possui concessões portuárias para os serviços de elevação através de sua subsidiária indireta Elevações Portuárias.

De acordo com as condições do contrato preexistente, a Rumo Logística investiu na construção e melhoria de vias permanentes sob concessão da Rumo S.A. e aquisição de material rodante para ser utilizado no transporte de produtos na malha ferroviária, com objetivo de aumentar a capacidade de transporte de carga ferroviária na Rumo S.A.. Em contrapartida dos investimentos da Rumo Logística, o acordo estabelecia que a Rumo S.A. disponibilizaria uma determinada capacidade de serviços de transporte ferroviário, além de remunerar a Rumo Logística por meio do pagamento de uma tarifa, fixada contratualmente, por tonelada de produto transportado pela Rumo S.A. na malha ferroviária e/ou pelo uso do material rodante cedido pela Rumo Logística à Rumo S.A..

Esta relação preexistente foi liquidada quando a Rumo Logística adquiriu a Rumo S.A.. Como consequência a Rumo Logística obteve um ganho de R\$29.838 como resultado desta liquidação e este montante foi reconhecido na demonstração de resultados como “outras receitas operacionais”.

Notas Explicativas

A mensuração do valor justo da relação preexistente foi baseada na diferença entre o valor do investimento realizado pela Rumo Logística e o fluxo de caixa descontado da remuneração desse investimento, considerando o volume e tarifa contratualmente acordados.

b) Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos adquiridos está demonstrado a seguir:

Valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Caixa e equivalentes de caixa	169.703
Títulos e valores mobiliários	940.689
Contas a receber de clientes	382.576
Estoques	79.115
Outros ativos	1.517.924
Imobilizado	7.206.290
Intangível	7.641.865
Empréstimos e financiamentos	(3.782.919)
Debêntures	(2.856.304)
Arrendamento mercantil	(1.857.947)
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	(340.255)
Fornecedores	(915.213)
Arrendamento e concessão	(1.974.280)
Provisão para demandas judiciais	(458.575)
Outros passivos	(1.619.106)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.164.510)
Participação de não controladores	(231.681)
Total líquido dos ativos identificáveis	<u>2.737.372</u>

A Companhia consolidou os resultados gerados pela Rumo S.A. e suas controladas a partir de 1º de abril de 2015. Se a Rumo S.A. tivesse sido consolidada desde 1º de janeiro de 2015, a demonstração consolidada do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentaria uma receita líquida de R\$4.802.450 e prejuízo de R\$450.446.

Notas Explicativas**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reais				
Bancos conta movimento	15	13	85.122	12.235
Aplicações financeiras	-	173.847	175.420	234.614
	15	173.860	260.542	246.849

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações em fundos exclusivos				
Operações compromissadas	-	-	-	3.246
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	-	-	26.379
	-	-	-	29.625
Aplicações em bancos				
Certificado de depósitos bancários - CDB	-	173.847	145.348	199.575
Operações compromissadas	-	-	26.719	4.242
Fundos de investimento	-	-	-	1.172
Outras aplicações	-	-	3.353	-
	-	173.847	175.420	204.989
	-	173.847	175.420	234.614

5 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

<u>Título e valores mobiliários</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	3.820	-	287.192	234.764
Títulos do governo	-	-	633.221	273.504
	3.820	-	920.413	508.268

<u>Caixa restrito</u>	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras vinculadas a empréstimos	-	-	63.474	77.262
Valores depositados em garantia	-	-	137.525	123.631
	-	-	200.999	200.893

Notas Explicativas**6 Contas a receber de clientes**

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Mercado interno	434.543	169.095
Mercado externo	15.504	13.290
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(18.586)	(16.714)
	431.461	165.671
Circulante	417.156	144.535
Não circulante	14.305	21.136

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
A vencer	370.249	99.496
Vencidas		
Até 30 dias	36.919	39.616
De 31 a 60 dias	6.330	11.557
De 61 a 90 dias	3.568	6.134
Mais de 90 dias	14.395	8.868
	431.461	165.671

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo em 1º de janeiro	(16.714)	(22.122)
Adições	(4.063)	(27.565)
Reversões	2.191	31.298
Perdas efetivas	-	1.675
Saldo em 31 de dezembro	(18.586)	(16.714)

A política de provisão da Companhia contempla a provisão de saldos vencidos há mais de 90 dias, exceto quando houver evidências objetivas ou garantias reais sobre os saldos.

Notas Explicativas**7 Estoques**

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Peças e acessórios	244.453	203.579
Combustíveis e lubrificantes	7.397	10.000
Outros	32.729	12.205
	284.579	225.784

8 Outros tributos a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
COFINS	188.824	218.120
PIS	45.425	67.670
ICMS (i)	331.960	310.769
ICMS CIAP (ii)	174.221	164.500
Outros	4.384	5.414
	744.814	766.473
Circulante	84.009	175.502
Não circulante	660.805	590.971
	744.814	766.473

(i) Crédito de ICMS referente à aquisição de insumos e diesel utilizado no transporte.

(ii) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

Notas Explicativas**9 Partes Relacionadas****a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:**

	Consolidado			
	31/12/2016	31/12/2015		
Ativo circulante				
Operações comerciais				
Cosan S.A. Indústria e Comércio	440	1.558		
Raízen Energia S.A.	14.261	29.508		
Raízen Combustíveis S.A.	12.412	2.343		
Outros	1.701	163		
Total	28.814	33.572		
			Controladora	Consolidado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Raízen Energia S.A.	-	-	18.431	21.259
Cosan S.A. Indústria e Comércio	-	165	17.407	8.976
Cosan Lubrificantes e Especialidades	-	-	1.854	3.910
Raízen Combustíveis S.A.	-	-	68.151	69.852
Outros	-	-	867	-
Total	-	165	106.710	103.997

Notas Explicativas**b) Resumo das transações com partes relacionadas:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita operacional				
Raízen Energia S.A. e controladas (i)	-	-	388.751	334.166
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	-	-	122.849	83.569
	-	-	511.600	417.735
Compras de produtos / insumos				
Raízen Combustíveis S.A. (iii)	-	-	(817.174)	(445.004)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. (iv)	-	-	(38.205)	(31.096)
Raízen Energia S.A.	-	-	(22)	(165)
	-	-	(855.401)	(476.265)
Despesa compartilhada (v)				
Cosan S.A. Indústria e Comércio	-	-	(9.870)	(10.386)
Raízen Energia S.A.	-	-	(31.663)	(9.050)
	-	-	(41.533)	(19.436)
Resultado financeiro				
Cosan Limited	33	-	33	-
Rezende Barbosa S.A. Adm. e Participações	-	-	-	10
Raízen Energia S.A. e controladas	-	-	-	(3)
	33	-	33	7

(i) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para a Raízen Energia e suas controladas se refere principalmente à transporte, armazenagem e elevação portuária.

(ii) A prestação de serviços no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para a Raízen Combustíveis e suas controladas se refere principalmente à transporte de combustíveis.

(iii) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas se refere à compras de combustíveis.

(iv) As compras no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 junto à Cosan Lubrificantes se refere à compras de lubrificantes.

(v) Refere-se à rateios corporativos e do centro de serviços compartilhados do grupo Cosan.

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado consolidado do exercício, como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração regular	22.020	9.532
Reconhecimento de opções de ações (Nota 23)	3.254	1.384
Bônus e outras remunerações variáveis	14.186	3.399
	39.460	14.315

Notas Explicativas

10 Investimentos

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Gastos com emissão de ações	Resultado abrangente	Varição na participação em controlada	Aumento de capital	Plano de opção de ações	Incorporação da Rumo Logística pela Rumo S.A.	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Controladas												
Rumo Logística	-	-	-	941.121	(206.849)	(12.799)	1.276	55.830	753.948	705	(1.533.232)	-
Rumo S.A.	1.339.015.898	379.878.810	28,37%	-	-	-	-	-	-	-	1.533.232	1.533.232
Total				941.121	(206.849)	(12.799)	1.276	55.830	753.948	705	-	1.533.232

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Resultado de equivalência	Combinação de Negócios com emissão de ações	Resultado abrangente	Dividendos declarados	Aumento por compra de ações (i)	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Controladas											
Rumo Logística	102.648.821	26.955.580	26,26%	970.907	(37.483)	189.710	3.404	(204.600)	19.017	166	941.121
Total				970.907	(37.483)	189.710	3.404	(204.600)	19.017	166	941.121

(i) Compra de ações de não controladores da Rumo Logística pelo valor de R\$25.103, gerando uma redução na reserva de capital de R\$6.086.

Notas Explicativas

b) Consolidado

Coligadas	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de equivalência	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Rhall Terminais	28.580	8.574	30,00%	3.844	(200)	-	-	3.644
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	6.425	2.531	-	-	8.956
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	19.702	2.429	(3.753)	158	18.536
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	14.270	3.621	(2.180)	-	15.711
Total				44.241	8.381	(5.933)	158	46.847

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Resultado de equivalência	Combinação de Negócios	Dividendos declarados	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2015
Rhall Terminais	28.580	8.574	30,00%	-	352	3.492	-	-	3.844
Termag S.A.	500.000	99.246	19,85%	-	250	6.175	-	-	6.425
TGG S.A.	79.747.000	7.914.609	9,92%	-	3.427	16.275	-	-	19.702
Terminal XXXIX	200.000	99.246	49,62%	-	7.135	12.188	(4.000)	(1.053)	14.270
Total				-	11.164	38.130	(4.000)	(1.053)	44.241

Notas Explicativas

Informações das investidas

	31/12/2016			
	Rhall Terminais Ltda.	Terminal XXXIX	Termag S.A.	TGG S.A.
Circulante				
Ativo	6.810	14.163	34.762	28.074
Passivo	1.373	8.326	21.764	29.100
Ativo circulante líquido	5.437	5.837	12.998	(1.026)
Não circulante				
Ativo	6.779	29.063	150.602	194.611
Passivo	253	6.292	126.271	9.810
Ativo não circulante líquido	6.526	22.771	24.331	184.801
Patrimônio líquido	11.963	28.608	37.329	183.775
Receita líquida	5.381	75.732	96.316	149.373
Lucro bruto	5.381	15.526	96.316	149.373
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(4.279)	(4.082)	(68.472)	(105.289)
Outras despesas operacionais e equivalência patrimonial	-	-	(115)	1.714
Resultado financeiro	(518)	-	(12.839)	(9.203)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	584	11.444	14.890	36.595
Resultado líquido	(91)	7.492	9.906	24.319

Notas Explicativas

	31/12/2015			
	Rhall Terminais Ltda.	Terminal XXXIX	Termag S.A.	TGG S.A.
Circulante				
Ativo	7.482	11.049	26.533	66.152
Passivo	652	6.719	17.668	41.299
Ativo circulante líquido	6.830	4.330	8.865	24.853
Não circulante				
Ativo	6.747	33.450	151.287	189.875
Passivo	762	6.665	134.459	17.717
Ativo não circulante líquido	5.985	26.785	16.828	172.158
Patrimônio líquido	12.815	31.115	25.693	197.011
Receita líquida	5.428	56.863	51.265	145.469
Lucro bruto	5.428	19.010	51.265	145.469
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(3.904)	(10.581)	(38.574)	(87.574)
Outras despesas operacionais e equivalência patrimonial	-	-	64	671
Resultado financeiro	377	-	(10.711)	(6.571)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.901	8.429	2.044	51.995
Resultado líquido	1.175	8.429	1.249	34.267

Notas Explicativas

c) Não controladores

	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2016	Resultado de não controladores	Resultado abrangente	Gastos com emissão de ações em controlada	Aumento de capital em controlada	Variação na participação em controlada	Plano de opção de ações	Incorporação da Rumo Logística pela Rumo S.A.	Saldo em 31 de dezembro de 2016
Logispor Amazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%	36.836	(747)	-	-	-	-	-	-	36.089
Rumo Logística	-	-	-	2.643.348	(536.247)	3.504	(31.266)	1.846.052	(55.830)	1.834	(3.871.395)	-
Rumo S.A.	1.339.015.898	959.137.088	71,63%	-	-	-	-	-	-	-	3.871.395	3.871.395
América Latina Logística S.A. (subsidiárias)	-	-	-	222.896	10.359	1.312	-	-	-	-	-	234.567
Total				2.903.080	(526.635)	4.816	(31.266)	1.846.052	(55.830)	1.834	-	4.142.051
	Número de ações da investida	Ações dos não controladores	Participação dos não controladores	Saldo em 1º de janeiro de 2015	Resultado de não controladores	Resultado abrangente	Dividendos declarados	Plano de opção de ações	Combinação de negócios Rumo S.A.	Aumento por compra de ações	Saldo 31 de dezembro de 2015	
Logispor Amazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	49,00%	37.066	(134)	-	(96)	-	-	-	36.836	
Rumo Logística	102.648.821	75.693.241	73,74%	323.636	(120.924)	9.562	(68.200)	467	2.517.824	(19.017)	2.643.348	
América Latina Logística S.A. (subsidiárias)	-	-	-	-	(6.797)	1.523	(3.511)	-	231.681	-	222.896	
Total				360.702	(127.855)	11.085	(71.807)	467	2.749.505	(19.017)	2.903.080	

Notas Explicativas

11 Imobilizado

		Consolidado						
		Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
Valor de custo:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015		627.342	500.269	4.235.038	765.286	3.568.597	412.912	10.109.444
Adições		-	1.950	23.965	1.824.445	46.010	39.375	1.935.745
Baixas		(3.322)	-	(823)	(3.698)	(7.409)	(24.926)	(40.178)
Transferências		176.363	27.387	1.012.290	(1.917.472)	867.658	(157.314)	8.912
Saldo em 31 de dezembro de 2016		800.383	529.606	5.270.470	668.561	4.474.856	270.047	12.013.923
Valor de depreciação:								
Saldo em 31 de dezembro de 2015		(86.651)	(176.121)	(248.686)	-	(209.308)	15.409	(705.357)
Adições		(33.701)	(50.597)	(498.764)	-	(328.856)	(74.520)	(986.438)
Baixas		431	-	440	-	3.048	19.355	23.274
Transferências		(94.979)	(3.062)	4.713	-	(7.112)	92.157	(8.283)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(214.900)	(229.780)	(742.297)	-	(542.228)	52.401	(1.676.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2015		540.691	324.148	3.986.352	765.286	3.359.289	428.321	9.404.087
Saldo em 31 de dezembro de 2016		585.483	299.826	4.528.173	668.561	3.932.628	322.448	10.337.119

Notas Explicativas

Consolidado							
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Obras em andamento	Via Permanente (i)	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	343.727	374.067	519.993	99.135	-	5.046	1.341.968
Adições	23.896	8.942	246.652	1.357.399	665	18.220	1.655.774
Combinação de negócios Rumo S.A.	252.671	82.664	2.900.978	993.476	2.562.561	413.940	7.206.290
Baixas	-	(1.961)	(3.338)	-	(7.584)	(28.760)	(41.643)
Transferências	7.048	36.557	570.753	(1.684.724)	1.012.955	4.466	(52.945)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	627.342	500.269	4.235.038	765.286	3.568.597	412.912	10.109.444
Valor de depreciação:							
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(68.207)	(131.081)	(55.688)	-	-	(2.537)	(257.513)
Adições	(22.370)	(59.339)	(149.211)	-	(227.466)	(39.913)	(498.299)
Baixas	-	1.270	781	-	280	872	3.203
Transferências	3.926	13.029	(44.568)	-	17.878	56.987	47.252
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(86.651)	(176.121)	(248.686)	-	(209.308)	15.409	(705.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	275.520	242.986	464.305	99.135	-	2.509	1.084.455
Saldo em 31 de dezembro de 2015	540.691	324.148	3.986.352	765.286	3.359.289	428.321	9.404.087

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

Capitalização de custos de empréstimos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os custos de empréstimos capitalizados foram de R\$2.354 (R\$3.726 em 31 de dezembro de 2015) a taxa média de 6,46% a.a..

Notas Explicativas**12 Intangível**

	Consolidado				
	Ágio (i)	Direito de Concessão (ii)	Direito de passagem e licença de operação	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	100.451	7.504.935	399.350	117.336	8.122.072
Adições	-	-	26.552	955	27.507
Combinação de negócios Rumo S.A.	-	57.217	-	-	57.217
Baixas	-	-	-	(35)	(35)
Transferências	-	535	9.722	6.522	16.779
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.451	7.562.687	435.624	124.778	8.223.540
Valor de amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(90.072)	(159.004)	(10.576)	(259.652)
Adições	-	(120.609)	(11.743)	(16.022)	(148.374)
Baixas	-	-	-	18	18
Transferências	-	-	(30.129)	(4.114)	(34.243)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(210.681)	(200.876)	(30.694)	(442.251)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	100.451	7.414.863	240.346	106.760	7.862.420
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100.451	7.352.006	234.748	94.084	7.781.289

	Consolidado				
	Ágio (i)	Direito de Concessão (ii)	Direito de passagem e licença de operação	Outros	Total
Valor de custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100.451	-	870.755	3.741	974.947
Adições	-	-	-	658	658
Combinação de negócios Rumo S.A.	-	7.504.935	-	79.713	7.584.648
Baixas	-	-	(470.970)	-	(470.970)
Transferências	-	-	(435)	33.224	32.789
Saldo em 31 de dezembro de 2015	100.451	7.504.935	399.350	117.336	8.122.072
Valor de amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	(113.433)	(1.261)	(114.694)
Adições	-	(90.072)	(45.571)	(9.315)	(144.958)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(90.072)	(159.004)	(10.576)	(259.652)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100.451	-	757.322	2.480	860.253
Saldo em 31 de dezembro de 2015	100.451	7.414.863	240.346	106.760	7.862.420

(i) Ágio proveniente de combinação de negócios de períodos anteriores, sendo R\$62.922 da antiga controlada indireta Teaçú Armazéns Gerais S.A., incorporada pela Rumo Logística, e R\$37.529 da controlada indireta Logisport, apresentado somente no consolidado.

(ii) A despesa é reconhecida na demonstração de resultado, em custos dos serviços prestados, no grupo depreciação e amortização.

Notas Explicativas

Ativo intangível (exceto ágio)	Taxa anual de amortização	31/12/2016	31/12/2015
Licença de software (a)	20,00%	27.158	13.900
Licença de operação e contratos com clientes (b)	3,70%	234.748	238.710
Direito de concessão (c)	1,59%	7.352.006	7.414.863
Outros		66.926	94.496
Total		7.680.838	7.761.969

a) Refere-se principalmente ao sistema de gestão empresarial - ERP da Companhia.

b) Licença de operação portuária e relacionamento com clientes da Elevações Portuárias, proveniente de combinação de negócios da Teaçú.

c) Refere-se ao direito de concessão alocado ao contrato da Malha Norte, proveniente da combinação de negócios da Rumo S.A., que será amortizado até o final dessa concessão em 2079.

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 identificamos indicadores de *impairment*, como o aumento da taxa básica de juros, aliado à geração de resultados e EBITDA abaixo do projetado, levando à realização de teste de *impairment*, apesar de a Companhia não ter sofrido mudança no uso dos ativos, não ter apresentado obsolescência ou dano físico aos seus ativos, nem ter apresentado declínio de desempenho dos ativos. As unidades geradoras de caixa da Companhia coincidem com os seus segmentos (i) Operações Norte, (ii) Operações Sul, e (iii) Operações de Contêineres.

O valor recuperável foi determinado utilizando fluxos de caixa descontados determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando informações disponíveis no mercado, premissas de orçamento e desempenho anteriores. A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados para refletir o tempo estimado de utilização dos ativos durante o prazo das concessões. Nesse contexto, fluxos de caixa descontados foram elaborados considerando a prorrogação das concessões, previstas contratualmente. A Administração já iniciou as tratativas com o poder concedente para a prorrogação dos contratos de concessão das malhas, e considerou altamente provável a renovação dessas concessões a partir da promulgação da Medida Provisória 752. Se essa premissa for alterada no futuro em função de um risco maior de não renovação, o valor contábil da UGC Operações Sul pode vir a exceder seu valor recuperável nos próximos exercícios.

As principais premissas utilizadas foram (i) expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, ao volume de exportação, (ii) expectativa em relação aos preços de fretes ferroviários, (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária, e (iv) condições macro econômicas.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 11 a 15% após impostos (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa. Uma variação de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto utilizada gera um impacto de aproximadamente 7% no valor recuperável dos segmentos. O dólar não tem impacto significativo nas projeções e, portanto a flutuação do câmbio não teria efeito significativo no valor recuperável dos segmentos.

Notas Explicativas

O resultado dos testes de *impairment* por UGC está apresentado a seguir:

	<u>Valor de Livros (a)</u>	<u>Valor Recuperável</u>
Operações Norte	15.300.645	26.159.997
Operações Sul	2.404.578	2.795.083
Operação de Contêineres	413.185	n/a (b)

(a) Inclui imobilizado e intangível.

(b) A Operação de Contêineres não apresentou indicadores de *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2016 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas Explicativas

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Descrição	Encargos financeiros		Consolidado		Vencimento final
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros	31/12/2016	31/12/2015	
Empréstimos e financiamentos					
Bancos Comerciais	Pré-fixado (US\$)	6,33%	86.140	3.898	2021
	CDI + 3,50% a.a.	18,12%	-	205.781	2016
	CDI + 4,91% a.a.	19,21%	163.815	195.632	2019
Finame (BNDES)	Pré-fixado	5,05%	1.232.984	1.016.060	2025
	URTJLP	11,40%	17	217	2017
Finem (BNDES)	Pré-fixado	3,52%	3.930	4.684	2024
	URTJLP	9,33%	2.663.460	2.851.793	2029
	IPCA	14,60%	3.453	4.152	2021
	Selic	13,65%	5.277	5.595	2020
FRN	Dólar (US\$) (ii)	2,63%	-	216.134	2016
Loan 4131	Dólar (US\$) (ii)	3,13%	-	315.910	2016
NCE	Dólar (US\$) (ii)	3,79%	-	126.669	2016
	CDI + 3,50% a.a.	17,61%	294.516	-	2018
	CDI + 3,47% a.a.	17,57%	80.486	-	2017
	112% do CDI	15,39%	120.069	406.805	2018
	129,62% do CDI	18,01%	552.576	304.644	2023
			5.206.723	5.657.974	
Debêntures					
Debêntures conversíveis	TJLP + 1,5%	9,01%	-	2.592	2016
Debêntures não conversíveis	108 % do CDI	14,80%	350.852	526.285	2018
	Pré-fixado	13,13%	163.862	161.175	2020
	% Receita Líquida	-	-	30.315	2016
	CDI + 1,30% a.a.	15,11%	300.183	775.228	2017
	CDI + 3,50% a.a.	17,61%	2.347.271	-	2023
	CDI + 2,05% a.a.	15,96%	154.284	1.431.607	2018
			3.316.452	2.927.202	
Total			8.523.175	8.585.176	
Circulante			1.467.725	1.444.063	
Não circulante			7.055.450	7.141.113	

(i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). SELIC refere-se à taxa *overnight* do Sistema Especial de Liquidação e Custódia. É a taxa média ponderada pelo volume das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais na forma de operações compromissadas. O CDI ou Taxa DI *Over* (CDI *Over*) é obtido ao se calcular a média ponderada de todas as taxas de transações efetuadas na Cetip entre diferentes instituições financeiras. IPCA é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo e tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços.

(ii) Havia contratos de swap para essas dívidas e as taxas médias anuais de juros contemplaram os efeitos desses instrumentos.

Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por avais da Companhia e suas controladas, nos mesmos montantes e condições do total financiado, inclusive para financiamentos de locomotivas e vagões, nos quais os bens financiados são dados em garantia.

Alguns contratos de financiamento com o BNDES, destinados a investimentos, são também garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 2,7% a.a. ou por garantias reais (bens) e conta caução. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo de fianças bancárias contratado era de R\$3.197.176 (R\$3.006.201 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

Para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 14,06% e TJLP de 7,5%.

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
13 a 24 meses	1.444.347	2.392.568
25 a 36 meses	1.100.804	2.447.577
37 a 48 meses	1.514.292	688.328
49 a 60 meses	1.164.566	663.209
61 a 72 meses	945.894	344.371
73 a 84 meses	518.839	168.713
85 a 96 meses	139.007	115.589
A partir de 97 meses	227.701	320.758
	<u>7.055.450</u>	<u>7.141.113</u>

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Reais (R\$)	8.437.035	7.926.463
Dólar (US\$)	86.140	658.713
Total	<u>8.523.175</u>	<u>8.585.176</u>

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Os contratos firmados têm como garantia avais da Companhia, fianças bancárias e a transferência da propriedade fiduciária dos bens descritos nos respectivos contratos.

- **FINAME** – Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados a investimentos no ativo imobilizado. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.
- **FINEM** – Financiamento de Empreendimentos, intermediados por diversas instituições financeiras, destinados à implantação, ampliação, recuperação e modernização de ativos fixos. Esses financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

FRN – Floating-Rate Note

Empréstimo com taxa de juro variável relacionada a um ponto de referência, tais como a taxa de Títulos do Tesouro Norte-americano, LIBOR, os Fed Funds ou a taxa básica de juros. São emitidos principalmente por instituições financeiras e governos e normalmente possuem de dois a cinco anos para vencimento.

Notas Explicativas

Loan 4.131

Empréstimo sob o amparo da Lei nº 4131/62, referiam-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2016, com objetivo de financiar o fluxo de caixa da Companhia e controladas. Para mitigar risco de câmbio e taxa de juros foram contratados instrumentos derivativos cuja taxa de juros trocada foi para 84,3% do CDI.

Os contratos da Companhia possuíam cláusulas restritivas financeiras, sendo montantes de dívida líquida pelo EBTIDA, assim como índice de endividamento de curto prazo pelo endividamento total.

Nota de crédito de exportação - NCE

As notas de créditos foram liquidadas por meio de exportação, mediante a comprovação de transporte do produto de exportação efetuados. Sendo uma contratação no montante de US\$126.669, em que incidiram variação cambial do dólar norte-americano e juros fixos anuais de 3,40%, com prazo de vencimento final em julho de 2016.

Debêntures

Em 31 de junho de 2016, a controlada ALL Malha Norte efetuou a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de R\$2.433.269, com vencimento em junho de 2023. As debêntures contam com garantias fidejussórias prestadas pela Rumo S.A.. Os recursos captados foram utilizados no processo de reperfilamento de parte das dívidas da Companhia e suas controladas, vincendas nos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Linha de crédito não utilizado

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas tinham disponíveis linhas de créditos de financiamento junto ao BNDES, não utilizadas, no montante total de R\$541.639 (R\$1.163.486 em 31 de dezembro de 2015).

Cláusulas Restritivas (“covenants”)

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes na maioria dos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Os indicadores financeiros consistem em: (i) dívida líquida abrangente consolidada (dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis, certificado de recebíveis imobiliários deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos de derivativos)/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, em português LAJIDA); (ii) EBITDA/resultado financeiro consolidado (são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos e operações de derivativos). A apuração é trimestral na data das demonstrações financeiras, utilizando os resultados consolidados da Companhia.

O *ratio* pactuado é de até 4,5x dívida líquida abrangente/EBITDA e índice de cobertura de juros mínimo de 1,1x EBITDA/resultado financeiro, limites que estavam sendo atendidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2016. O limite reduz anualmente até atingir 3,0x em 2021.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía empréstimos junto ao BNDES, sujeitos às cláusulas de “covenants”. Essas exigências foram substituídas por fianças bancárias.

Notas Explicativas**14 Outros tributos a pagar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	-	-	2.407	2.254
INSS	-	-	5.930	6.701
PIS	119	37	1.107	238
COFINS	734	225	6.027	2.265
Parcelamento de débitos – Refis	-	-	23.709	25.252
ISS	-	-	3.364	2.411
IOF	-	-	2.992	6.567
Outros	3	21	5.133	13.709
	856	283	50.669	59.396
Circulante	856	283	33.613	33.299
Não circulante	-	-	17.056	26.097

Os montantes vencíveis no passivo não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
13 a 24 meses	7.617	5.639
25 a 36 meses	6.042	5.417
37 a 48 meses	1.015	4.660
49 a 60 meses	694	845
61 a 72 meses	521	293
73 a 84 meses	521	293
85 a 96 meses	442	293
A partir de 97 meses	204	8.657
	17.056	26.097

Notas Explicativas

15 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(206.412)	(25.841)	(767.842)	(121.899)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	70.180	8.786	261.066	41.445
<i>Ajustes para cálculo da taxa efetiva</i>				
Equivalência patrimonial	(70.329)	(12.744)	2.850	4.097
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas (i)	-	-	(225.484)	(97.338)
Efeito redução alíquota incentivo SUDAM	-	-	10.092	20.219
Outros	(133)	(231)	(14.011)	(4.409)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(282)	(4.189)	34.513	(35.986)
Taxa efetiva	-0,14%	-16,21%	4,49%	-29,52%

- (i) Refere-se principalmente a prejuízos fiscais e diferenças temporárias das Malhas Sul e Oeste, que nas condições atuais não possuem previsibilidade de geração de lucros tributários que justifiquem a contabilização do referido ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Descrição	Controladora				31/12/2015
	31/12/2016				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	1.910	478	-	478	-
Base negativa de contribuição social	1.910	-	172	172	-
Diferenças temporárias:					
Provisão para não realização de impostos	853	213	77	290	-
Provisão para participação nos resultados	22	6	2	8	-
Outros	1.029	256	93	349	1.579
Total de tributos diferidos ativo	5.724	953	344	1.297	1.579

Descrição	Consolidado				31/12/2015
	31/12/2016				
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	6.016.740	1.504.185	-	1.504.185	1.286.558
Base negativa de contribuição social	6.224.193	-	560.177	560.177	466.581
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - Regime de caixa	1.384	346	125	471	46.010
Resultado não realizado com derivativos	(3.013)	(753)	(271)	(1.024)	(33.954)
Depreciação acelerada	(68.495)	(17.124)	(6.165)	(23.289)	(76.182)
Ágio fiscal amortizado	(57.983)	(14.496)	(5.219)	(19.715)	27.913
Revisão de vida útil	871.854	217.963	78.467	296.430	(47.595)
Combinação de negócios - Imobilizado	508.143	127.036	45.733	172.769	246.757
Combinação de negócios - Intangível	(7.586.019)	(1.896.505)	(682.742)	(2.579.247)	(2.605.229)
Provisão <i>Impairment</i>	854.324	213.581	76.889	290.470	350.325
Provisão para demandas judiciais	623.730	155.932	56.136	212.068	190.552
Provisão para não realização de impostos	66.365	16.591	5.973	22.564	17.801
Provisão para participação nos resultados	51.204	12.801	4.608	17.409	25.537
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas	52.350	13.087	4.711	17.798	16.985
(-) Créditos não registrados	(8.408.285)	(1.281.036)	(472.034)	(1.753.070)	(1.526.639)
Outros	137.466	34.370	12.371	46.741	263.010
Total	(716.042)	(914.022)	(321.241)	(1.235.263)	(1.351.570)
Tributos diferidos - Ativos				1.159.790	1.362.804
Tributos diferidos - Passivos				(2.395.053)	(2.714.374)
Total de tributos diferidos				(1.235.263)	(1.351.570)

Notas Explicativas

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, nenhuma provisão foi reconhecida. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.579	(1.351.570)
Resultado	(282)	111.221
Combinação de negócios Rumo S.A.	-	(19.454)
IR sobre gastos com emissão de ações	-	22.700
Outros	-	1.840
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.297	(1.235.263)

16 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Materiais e serviços	30	11	404.657	276.832
Combustíveis e lubrificantes	-	-	706	3.535
Outros	-	-	160.177	139.822
Total	30	11	565.540	420.189
Circulante	30	11	564.972	419.158
Não circulante (i)	-	-	568	1.031

(i) Apresentado no Balanço Patrimonial na rubrica de “outras contas a pagar” do passivo não circulante.

Notas Explicativas**17 Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais**

	Provisão para demandas judiciais	
	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	74.472	65.142
Cíveis, regulatórias e ambientais	154.187	122.604
Trabalhistas	278.363	302.838
	507.022	490.584

	Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributárias	594	169	25.709	23.474
Cíveis, regulatórias e ambientais	-	-	154.035	161.715
Trabalhistas	-	-	120.726	81.967
	594	169	300.470	267.156

Movimentação da provisão das demandas judiciais:

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	65.142	122.604	302.838	490.584
Provisionados no exercício	4.551	15.072	84.331	103.954
Baixas por reversão / pagamento	(4.109)	(8.698)	(131.632)	(144.439)
Atualização monetária	8.888	25.209	22.826	56.923
Saldo em 31 de dezembro de 2016	74.472	154.187	278.363	507.022

Notas Explicativas**a) Tributárias*****Processos judiciais considerados prováveis de perdas, portanto provisionados:***

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
ICMS - Crédito de Material (i)	53.261	50.169
Compensações de tributos federais com créditos de PIS e COFINS	2.115	2.781
Outros	19.096	12.192
	74.472	65.142

(i) Os valores provisionados referem-se, essencialmente, a glosa de créditos de ICMS na aquisição de insumos de produção. No entendimento do Fisco, referidos insumos estariam classificados como materiais de uso e consumo, não gerando direito aos créditos de ICMS.

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Operações financeiras no exterior (i)	986.179	911.942
Ganho de capital ALL S.A. (ii)	483.723	446.535
Multa isolada tributo federal (iii)	397.441	258.391
ICMS - Exportação (iv)	189.313	134.732
MP 470 parcelamento de débitos (v)	120.132	113.814
PIS/COFINS Tráfego Mútuo (vi)	38.285	92.680
Intermodal (vii)	81.247	76.914
PIS e COFINS	3.280	2.925
IRRF <i>Swap</i> (viii)	68.382	63.034
Plano de Opção de Compra de Ações (ix)	62.216	57.554
PIS/COFINS Malha Sul (x)	-	50.265
Contribuições Previdenciárias (xi)	43.764	40.855
ICMS Armazéns Gerais (xii)	60.029	53.713
IOF s/ Mútuo (xiii)	54.896	49.844
IRPJ/CSLL (xiv)	283.678	65.206
ICMS TAD (xv)	58.236	102.878
Compensação com crédito prêmio (xvi)	38.505	-
Outros	202.292	118.362
	3.171.598	2.639.644

(i) Operações financeiras no exterior: Autos de Infração lavrados para exigir diferenças de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, relativos aos anos-calendários de 2005 a 2008, em decorrência das seguintes supostas infrações: (a) dedução indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de despesas financeiras decorrentes de empréstimos celebrados com instituições financeiras no exterior, (b) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL de receitas financeiras decorrentes de títulos emitidos pelo Governo da Áustria e pelo Governo da Espanha, (c) não inclusão, no Lucro Real e na Base de Cálculo da CSL, dos ganhos auferidos em operações de swap, e não tributação das receitas financeiras decorrentes de tais contratos pelo PIS e pela COFINS, (d) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSLL, realizada a título de créditos de PIS e COFINS, (e) exclusão indevida do Lucro Real e da Base de Cálculo da CSL realizada a título de CSL diferida.

Notas Explicativas

- (ii) Ganho de capital ALL S.A.: Autos de infração emitidos pela Receita Federal em 2011 e 2013 contra a Rumo S.A. relativo a: a) glosa de despesa de ágio com base em rentabilidade futura, bem como de despesas financeiras; e b) não tributação de suposto ganho de capital na alienação de participação societária em empresa do mesmo grupo econômico.
- (iii) Multa Isolada / PIS- COFINS / REPORTE: A Companhia foi autuada em razão da desconsideração dos benefícios fiscais do REPORTE (suspensão de PIS e COFINS), sob o fundamento de que as locomotivas e vagões adquiridos no ano de 2010 a 2012 foram utilizados fora dos limites da área portuária. Por consequência, foram exigidos PIS e COFINS, além da multa isolada correspondente a 50% do valor dos bens adquiridos.
- (iv) ICMS – Exportação: Os fiscos estaduais autuaram as malhas pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.
- (v) MP 470 parcelamento de débitos: A Receita Federal indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela Malha Sul e pela Intermodal, sob o argumento de que os prejuízos fiscais oferecidos pelas empresas não eram suficientes para quitação dos respectivos débitos. A probabilidade de perda é considerada como possível, já que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.
- (vi) PIS/COFINS Tráfego Mútuo: A Receita Federal autuou a ALL Malha Paulista pela não tributação pelo PIS e COFINS das receitas de tráfego mútuo e direito de passagem faturadas contra a ALL Malha Norte. A chance de perda é considerada como possível tendo em vista que o tributo já foi recolhido pela concessionária responsável pelo transporte na origem.
- (vii) Intermodal: Auto de infração contra a ALL Intermodal emitido pela Receita Federal relativo a glosa de despesas correspondentes ao pagamento de parcelas variáveis de contrato de arrendamento. A chance de perda é considerada como possível, já que a despesa é usual e necessária às operações da empresa.
- (viii) IRRF Swap: A ALL Malha Paulista teve parte de sua compensação de saldo credor de IRPJ glosada parcialmente pela Receita Federal com base no argumento de que a Companhia não teria direito à compensação do IRRF sobre operações de *swap*.
- (ix) Plano de Opção de Compra de Ações: Auto de infração emitido pelo fisco federal relativo ao não recolhimento de contribuição previdenciária sobre planos de opção de compra de ações da Companhia oferecidos a seus empregados, com base no entendimento que eles tinham natureza de remuneração por serviços prestados.
- (x) PIS/COFINS Malha Sul: Em 2012, a ALL Malha Sul protocolou pedido de restituição de créditos de PIS/COFINS sobre combustíveis sob a alegação de que os valores cobrados no preço superam o valor do crédito efetivo. Ocorre que a Receita Federal não reconheceu o pedido de restituição e aplicou multa por entender indevido o pedido. A ALL Malha Sul recorreu e obteve decisão favorável do CARF, sendo reavaliado como perda remota.
- (xi) Contribuições Previdenciárias: O fisco federal autuou a ALL Malha Paulista pelo não recolhimento de contribuições previdenciárias sobre verbas trabalhistas de natureza indenizatória. A probabilidade de perda é considerada como possível pela natureza das verbas, bem como pelo seu caráter de eventualidade.

Notas Explicativas

- (xii) ICMS Armazéns Gerais: Em 2013 a ALL Armazéns Gerais filial de São Paulo recebeu auto de infração do fisco Estadual de São Paulo sob a alegação de que a empresa não estava autorizada a operar como Armazém Geral naquele Estado. A empresa recorreu do auto na esfera administrativa. Ocorre que a empresa está devidamente registrada na junta comercial com o objeto social de armazéns gerais, bem como o mesmo objeto está registrado na Receita Federal e fisco estadual. Á época da liberação da inscrição estadual o fisco liberou a atividade da empresa, inclusive para emissão de notas fiscais.
- (xiii) IOF s/ Mutuo: O Fisco federal pretende fazer prevalecer a incidência de IOF sobre as contas correntes mantidas pela controladora para as coligadas/controladas (parte mais substancial da autuação). No entendimento do fisco, à utilização de uma rubrica contábil como de adiantamentos de despesas a empresas ligadas, sem contrato formal de mútuo, caracteriza a existência de uma conta corrente, devendo-se apurar o IOF devido segundo as regras próprias das operações de crédito rotativo. Os autos de infração ainda estão sendo questionados no âmbito administrativo.
- (xiv) IRPJ/CSLL – Provisões trabalhistas: Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de a Rumo S.A. teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Rumo S.A. sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Rumo S.A. atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.
- Adição do exercício referente a processo administrativo decorrente de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), relativos aos anos-base de 2011, 2012 e 2013, cumulados com juros de mora e multas qualificada e isolada.
- (xv) ICMS TAD: O Fisco do Estado do Mato Grosso promoveu a lavratura de diversos Termos de Apreensão e Depósito (TADs) visando a cobrança de ICMS e de multa de 50% sobre o valor das operações autuadas, sob o equivocado entendimento de que as operações de saída de mercadorias destinadas à exportação estariam com os DACTEs (Documento Auxiliar do Conhecimento do Transporte Eletrônico) cancelados, com a suposta caracterização de documentação inidônea, nos termos dos artigos 35-A e 35-B da Lei Estadual 7098/98. Conforme demonstrado pela empresa, na verdade, as mercadorias transportadas encontravam-se devidamente acobertadas por documentação fiscal idônea, razão pela qual são improcedentes tais autuações.
- (xvi) Compensação com crédito prêmio: A ALL Malha Sul transmitiu dezenove declarações de compensação (DCOMP) via sistema eletrônico PERD/COMP, referente a "crédito-prêmio", utilizando crédito adquirido de terceiro (Fibra S/A Indústria e Comércio e outros). Tais Dcomps por se referirem a crédito de terceiros e também a "crédito - prêmio", de acordo com a legislação vigente, foram consideradas como não declaradas em Despacho decisório constante do processo administrativo, com ciência ao contribuinte em 24/09/2013, ensejando assim a aplicação de multa de 75% em atendimento ao art. 18, §4º da Lei nº 10.833/2003. Aguarda-se ajuizamento de Execução Fiscal (fase pré-judicial).

Notas Explicativas

b) Cíveis, regulatórias e ambientais

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Cíveis (i)	1.513.003	1.252.681
Regulatórias (ii)	397.414	339.267
Ambientais (iii)	351.915	295.984
	<u>2.262.332</u>	<u>1.887.932</u>

- (i) Cíveis: As controladas são parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abalroamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT.
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pela CETESB (SP), IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

c) Trabalhistas

Processos judiciais considerados como de perda possível e, portanto, não provisionados:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reclamações trabalhistas (i)	712.973	562.204
	<u>712.973</u>	<u>562.204</u>

- (i) A Companhia e suas controladas discutem diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do MTE, reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

Notas Explicativas

18 Arrendamento mercantil

Arrendamentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem contratos de aluguel, principalmente de vagões e locomotivas enquadrados como arrendamento financeiro.

	31/12/2016				31/12/2015
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
<u>Pagamentos mínimos futuros</u>	604.494	891.699	341.248	1.837.441	2.196.200
Material rodante	573.809	802.308	240.602	1.616.719	1.953.414
Terminal	23.467	83.837	100.646	207.950	232.148
Outros	7.218	5.554	-	12.772	10.638
<u>Juros na parcela</u>	(131.862)	(233.124)	(74.912)	(439.898)	(454.499)
Material rodante	(115.582)	(190.524)	(52.052)	(358.158)	(357.416)
Terminal	(15.083)	(41.668)	(22.860)	(79.611)	(96.069)
Outros	(1.197)	(932)	-	(2.129)	(1.014)
Valor presente dos pagamentos mínimos	472.632	658.575	266.336	1.397.543	1.741.701
Passivo circulante				472.632	539.615
Passivo não circulante				924.911	1.202.086

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em junho de 2043. Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns os contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Arrendamentos operacionais

	31/12/2016				31/12/2015
	Total dos pagamentos mínimos futuros				Total
Bens	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais do que cinco anos	Total	Total
Locomotivas	573	1.773	-	2.346	14.890
Vagões	8.174	28.370	10.576	47.120	39.410
Total	8.747	30.143	10.576	49.466	54.300

Os pagamentos das prestações dos arrendamentos mercantis operacionais (aluguéis) são reconhecidos como despesas em base linear correspondente ao prazo de vigência dos seus respectivos contratos.

Notas Explicativas**19 Arrendamentos e concessões**

	31/12/2016			31/12/2015
	Arrendamento	Concessões	Total	Total
Valores a pagar:				
Malha Sul	42.582	31.125	73.707	65.906
Malha Paulista	32.684	20.295	52.979	24.944
	75.266	51.420	126.686	90.850
Valores em discussão judicial:				
Malha Paulista	1.226.902	118.820	1.345.722	1.175.697
Malha Oeste	1.066.842	68.556	1.135.398	957.697
	2.293.744	187.376	2.481.120	2.133.394
Total	2.369.010	238.796	2.607.806	2.224.244
Passivo circulante			27.662	20.205
Passivo não circulante			2.580.144	2.204.039
			2.607.806	2.224.244

Valores em discussão judicial

A Companhia questiona na justiça o desequilíbrio econômico financeiro de certos Contratos de Arrendamento e Concessão.

Em abril de 2004, ALL Malha Paulista ajuizou uma Ação Cautelar e, posteriormente, Ação Declaratória perante a 21ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro questionando o desequilíbrio econômico financeiro dos Contratos de Concessão e Arrendamento, em decorrência do elevado desembolso que a empresa possui com o pagamento de processos judiciais trabalhistas e demais custos envolvidos, que são de responsabilidade da Rede Ferroviária Federal S.A., nos termos expressos no edital de licitação.

A ALL Malha Paulista requereu a concessão de liminar para suspensão do pagamento das parcelas dos contratos de concessão e arrendamento, vencidas e vincendas, bem como a compensação do saldo credor decorrente das verbas trabalhistas pagas pela Rumo S.A. com o valor cobrado pela União. Em abril de 2005, a liminar foi deferida, suspendendo-se a exigibilidade das parcelas por 90 dias, determinando-se a realização de perícia. Em julho de 2005, foi prorrogada a suspensão da exigibilidade por mais 90 dias. Em setembro de 2005, a referida liminar foi cassada pelo Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro. Em janeiro de 2006, foi deferido pedido de suspensão da exigibilidade das parcelas, mediante depósito. O valor relativo às parcelas de arrendamento vinha sendo depositado em juízo até outubro de 2007, quando a Companhia obteve autorização judicial para substituir os depósitos judiciais por carta fiança bancária. Em outubro de 2015 foi proferida sentença que julgou parcialmente procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, permitindo que a Companhia realize a compensação de parte dos valores reclamados em contra partida ao débito apresentado. Não obstante, a Companhia entende que todo valor discutido no processo é passível de compensação, em razão da previsão constante nas cláusulas 7 e 10 do Edital de Licitação.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável relativo ao valor da sentença concedida e como possível em relação às verbas rescisórias, mas mantém o registro do débito por se tratar de obrigação contratual.

Notas Explicativas

A ALL Malha Oeste também pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram. A ação tramita na 16ª Vara da Justiça Federal do Rio de Janeiro. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Rumo S.A. por seguro garantia.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo financeiro por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de compensação.

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 referentes às ações acima mencionadas totalizam:

	<u>31/12/2016</u>
Malha Paulista	118.820
Malha Oeste	19.464
	<u>138.284</u>

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 17.

20 Certificado recebíveis imobiliários- CRI

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de alugueis de terminais que foram objetos de securitização que resultou em cessão dos direitos destes créditos, cujo saldo é:

<u>Terminal</u>	<u>Taxa</u>	<u>Prazo</u>	<u>Data inicial</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Terminal Intermodal de Tatuí-SP	12,38% a.a. - hedge 100% CDI	31/03/2018	29/02/2008	31.805	55.753
Terminal de Alto Araguaia-MT	CDI + 2,6% a.a.	30/11/2018	28/11/2008	163.940	229.253
				<u>195.745</u>	<u>285.006</u>
Passivo circulante				<u>105.422</u>	<u>88.089</u>
Passivo não circulante				<u>90.323</u>	<u>196.917</u>

Os certificados de recebíveis imobiliários não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
13 a 24 meses	90.323	114.323
25 a 36 meses	-	82.594
	<u>90.323</u>	<u>196.917</u>

Notas Explicativas

21 Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$1.524.701 e está representado por 366.490.593 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A movimentação do capital social e das ações está demonstrada a seguir:

	<u>Capital Social</u>	<u>Ações Ordinárias</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	940.753	405.856.814
Aumento de capital (i)	580.000	1.054.545.455
Subtotal	1.520.753	1.460.402.269
Grupamento de ações (ii)	-	(4:1)
Saldo em 30 de junho de 2016	1.520.753	365.100.567
Aumento de capital (iii)	3.948	1.390.026
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.524.701	366.490.593

- (i) Conforme ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de março de 2016.
- (ii) Em 10 de junho de 2016, a Companhia efetivou o grupamento da totalidade de suas ações na proporção de 4 para 1. Assim, o capital social da Companhia passou a ser representado por 365.100.567 ações ordinárias. Não ocorreu qualquer alteração no valor total do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações aos seus titulares. O lucro por ação passa a ser demonstrado na nova proporção de forma retrospectiva nessas demonstrações financeiras.
- (iii) Em 15 de agosto de 2016, a Companhia deliberou sobre o aumento de capital em R\$3.948 mediante a emissão para subscrição particular de 1.390.026 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, visando atender ao exercício por GIF Fundo de Investimento em Participações ("GIF"), fundo gerido por Gávea Investimentos, do direito de substituir a totalidade das ações detidas pelo GIF na Rumo Logística (RUMO3), por ações de emissão da Cosan S.A. Indústria e Comércio (CSAN3) ("Cosan") e da Companhia ("Direito de Substituição"), nos termos do Acordo de Acionistas da Rumo Logística firmado em 30 de junho de 2011 e aditado em 05 de setembro de 2014, entre a Companhia, TPG VI Fundo de Investimento em Participações, GIF, Cosan e CZZ ("Acordo de Acionistas da Rumo Logística").

b. Reserva de capital

A Companhia apresenta uma reserva de capital em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$229.178 (R\$184.727 em 31 de dezembro de 2015).

Em 13 de abril de 2016 foi efetuado um aumento de capital no montante de R\$2.600.000 na controlada Rumo Logística, onde a Companhia efetuou um aporte no montante de R\$750.000 e o remanescente no montante de R\$1.850.000 foi aportado pelos acionistas não controladores da Rumo Logística. Essa transação aumentou a participação dos acionistas controladores de 26,26% para 28,27% e foi contabilizada como uma transação patrimonial, onde a reserva de capital aumentou em R\$53.929 e a participação de acionistas não controladores reduziu no mesmo montante.

Para o aumento de capital na Rumo Logística, citado no parágrafo acima, ocorreram gastos de captação que refletiram na Companhia, na rubrica de reserva de capital, redução de R\$12.799.

Notas Explicativas

Em 21 de junho de 2016, em consequência da cisão parcial da Cosan, com versão da parcela cindida para a Companhia, a Companhia passou a ser sucessora da Cosan para fins das obrigações e a GIF passou a ter direito de receber ações de emissão da Cosan e da Companhia. A fim de viabilizar a entrega das ações da Companhia para o GIF frente ao exercício do Direito de Substituição, GIF alienou 1.351.115 ações por ele detidas na Rumo Logística à Companhia pelo valor de R\$3.948. Essa transação aumentou a participação dos acionistas controladores de 28,27% para 28,37% e foi contabilizada como uma transação patrimonial, onde a reserva de capital aumentou em R\$1.901 e a participação de acionistas não controladores reduziu no mesmo montante.

Adicionalmente, houve incremento do Plano de Opção de Ações no valor de R\$1.420.

c. Ações em tesouraria

No período de junho a novembro de 2016 ocorreu o exercício parcial de plano de opção de ações pela coligada Cosan S.A. Indústria e Comércio (“Cosan”) de 1.408.000 ações da Companhia sob a sigla “RLOG3”, no valor de R\$3.967 provenientes de Ações em tesouraria.

d. Outros componentes do patrimônio líquido

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA	5.007	3.404
Perdas atuariais com plano de pensão	(327)	-
Total	<u>4.680</u>	<u>3.404</u>

e. Não controladores

Conforme mencionado no item “b” reserva de capital, o aumento de capital na Rumo Logística, teve como reflexo uma redução de R\$53.929 na participação de acionistas não controladores.

Os gastos de captação que foram incorridos para o aumento de capital na Rumo Logística, citado no parágrafo acima, geraram uma redução de R\$31.266 na participação de acionistas não controladores.

Conforme mencionado no item “b” reserva de capital, o exercício do Direito de Substituição da GIF gerou uma redução de R\$1.901 na participação de acionistas não controladores.

Adicionalmente, houve incremento do Plano de Opção de Ações no valor de R\$1.867.

Notas Explicativas

22 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado dividindo o prejuízo líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do prejuízo por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

Básico e diluído

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador		
Resultado do exercício	(206.694)	(30.030)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação		
- considera grupamento de ações	295.164.075	100.706.247
Prejuízo básico por ação ordinária	<u>(R\$0,700)</u>	<u>(R\$0,298)</u>
Prejuízo diluído por ação ordinária	<u>(R\$0,700)</u>	<u>(R\$0,298)</u>

Instrumentos antidilutivos

Os acionistas não controladores da controlada indireta Brado, têm direito de exercer a Opção de Liquidez prevista no acordo de acionistas celebrado em 05 de agosto de 2013. Tal opção consiste na substituição da totalidade das ações detidas pelos referidos acionistas não controladores por uma quantidade de ações da Rumo S.A. determinada de acordo com a razão de troca estabelecida, que leva em consideração o valor econômico a ser estabelecido tanto para o negócio Brado quanto para o negócio Rumo S.A.. A critério exclusivo da Companhia, um pagamento equivalente em caixa também é possível.

O plano de pagamento baseado em ações está fora do dinheiro (*out-of-the-money*), ou seja, o preço de exercício das opções outorgadas é superior ao preço médio das ações negociadas na BM&F Bovespa durante o período, assim, tais instrumentos financeiros têm efeito antidilutivo nos períodos apresentados.

23 Pagamento baseada em ações

Programa 2015

Em 02 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações – Ano Calendário de 2015 (“Programa 2015”).

Um total de 4.485.238 opções foram outorgadas ao preço de exercício de R\$6,30 (a ser corrigido pelo IPCA até a data do exercício). Esse plano tem um período de aquisição (*vesting period*) único de 5 anos, podendo o exercício das opções ser feito entre 01 de outubro de 2020 e 2022.

As opções poderão ser exercidas com a emissão de novas ações ordinárias ou ações em tesouraria que a Companhia possa ter.

Notas Explicativas

O valor justo do plano de remuneração em ações foi estimado adotando-se o modelo *Black and Scholes*, com as seguintes premissas:

	<u>02/10/2015</u>
Valor de mercado das ações na data da outorga – R\$	6,30
Expectativa de exercício (em anos)	5
Taxa de juros	15,66%
Volatilidade	62,94%
Valor justo médio ponderado na data de concessão – R\$	2,83

Expectativa de exercício – O prazo esperado pela Companhia para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções logo após o período de carência.

Volatilidade esperada – A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia.

Taxa de juros isenta de risco – A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBOVESPA na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

Em 31 de dezembro de 2016, R\$3.889 haviam sido reconhecidos como despesa (R\$635 em 2015). A despesa a ser reconhecida nos próximos exercícios totalizava R\$8.808 em 31 de dezembro de 2016 (R\$12.062 em 2015).

A movimentação do plano no exercício foi:

	<u>Quantidade total de opções</u>	<u>Preço de exercício médio ponderado</u>
02 de outubro de 2015 concessões	4.485.238	8,00
Opções canceladas	(325.000)	8,00
31 de dezembro de 2016	4.160.238	8,00

Plano anterior (antigo plano ALL)

Com o processo de aquisição da Rumo S.A. pela Rumo Logística, o plano de remuneração baseado em ações lá existente foi cancelado e assumido pela Rumo Logística. Com isso o valor justo das opções existentes e assumidas pela Rumo Logística foi recalculado na data da incorporação em 01 de abril de 2015.

O total de 1.478.659 opções foi assumido pela Rumo Logística a um valor justo médio por opção de R\$0,18 apurado pelo método binomial. O preço médio de exercício é de R\$5,03. Esta mensuração gerou uma despesa total relativa ao plano de R\$264.

Notas Explicativas**24 Receita operacional bruta**

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta na venda de serviços	5.496.948	4.402.867
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(482.393)	(364.944)
Receita operacional líquida	5.014.555	4.037.923

Abertura da receita líquida de venda de serviços:

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Elevação	308.589	239.115
Transportes	4.623.146	3.572.524
Outros	82.820	226.284
	5.014.555	4.037.923

25 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade está detalhada como segue:

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Material de uso na prestação serviço	-	-	(174.594)	(232.942)
Mão de obra contratada	(862)	(5.359)	(395.120)	(417.886)
Despesas com pessoal	(3)	(792)	(640.657)	(538.653)
Despesas com transporte e elevação	-	-	(1.318.266)	(914.388)
Depreciação e amortização	-	-	(1.120.019)	(616.528)
Arrendamento e concessão	-	-	(193.637)	(141.010)
Arrendamento mercantil operacional	-	-	(38.977)	(18.135)
Outras despesas	(2.371)	(671)	(235.488)	(185.189)
	(3.236)	(6.822)	(4.116.758)	(3.064.731)

b) Classificados como:

Custo dos serviços prestados	-	-	(3.769.147)	(2.771.881)
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(3.236)	(6.822)	(347.611)	(292.850)
	(3.236)	(6.822)	(4.116.758)	(3.064.731)

Notas Explicativas**26 Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Custo da dívida bruta				
Juros sobre dívidas	-	-	(1.000.199)	(680.723)
Variação cambial líquida sobre dívidas	-	-	74.079	(190.410)
Ganho (perda) de derivativos de dívidas	-	-	(100.542)	120.634
	-	-	(1.026.662)	(750.499)
Rendimento de aplicação financeira	7.172	18.984	198.485	112.872
	7.172	18.984	198.485	112.872
Custo da dívida, líquida	7.172	18.984	(828.177)	(637.627)
Outros encargos e variações monetárias				
Juros sobre outros recebíveis	-	-	81.659	51.804
Arrendamento e concessão	-	-	(296.118)	(180.311)
Arrendamento mercantil	-	-	(207.686)	(117.589)
Despesas bancárias e outros	(3.265)	(1)	(193.565)	(92.314)
Certificado recebíveis imobiliários	-	-	(39.671)	(40.392)
Juros sobre contingências e contratos	-	-	(107.815)	(67.065)
Outros encargos e variações monetárias	(559)	(519)	(82.110)	(83.059)
	(3.824)	(520)	(845.306)	(528.926)
Resultado financeiro, líquido	3.348	18.464	(1.673.483)	(1.166.553)
Despesas financeiras	(3.857)	(520)	(1.951.394)	(1.261.452)
Receitas financeiras	7.172	18.984	302.371	164.675
Variação cambial	33	-	76.082	(190.410)
Derivativos	-	-	(100.542)	120.634
Resultado financeiro, líquido	3.348	18.464	(1.673.483)	(1.166.553)

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de provisão para demandas judiciais	-	-	(19.482)	(16.401)
Receita de aluguéis e arrendamentos	-	-	2.889	2.760
Resultado nas alienações e baixas de ativo imobilizado e intangível	-	-	(9.182)	(3.536)
Ganho com liquidação de relação preexistente	-	-	-	29.838
Ganhos com aquisição de novos negócios (i)	325	-	325	(5.681)
Recuperação de sinistros	-	-	12.794	28.776
Outras receitas líquidas	-	-	12.119	24.542
	325	-	(537)	60.298

- (i) Os referidos gastos correspondem principalmente a operações relacionadas com a aquisição do controle da Rumo S.A. pela Companhia.

Notas Explicativas

28 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Os valores contábeis e a separação por categoria dos ativos e passivos financeiros são como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativos		
Disponível para venda		
Títulos e valores mobiliários	920.413	508.268
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Fundos exclusivos)	-	30.797
Instrumentos financeiros derivativos	3.669	99.863
	3.669	130.660
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	260.542	216.052
Contas a receber de clientes	431.461	165.671
Recebíveis de partes relacionadas	28.814	33.572
Caixa restrito	200.999	200.893
	921.816	616.188
Total	1.845.898	1.255.116
Passivos		
Passivo pelo custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.523.175	8.053.132
Arrendamento mercantil	1.397.543	1.741.701
Certificado de recebíveis imobiliários	195.745	285.006
Fornecedores	564.972	419.158
Outros passivos financeiros	177.569	236.698
Pagáveis a partes relacionadas	106.710	103.997
Dividendos a pagar	6.970	8.510
Parcelamento de débitos - REFIS	23.709	25.252
	10.996.393	10.873.454
Valor justo por meio do resultado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	532.044
Instrumentos financeiros derivativos	12.303	1.780
	12.303	533.824
Total	11.008.696	11.407.278

Notas Explicativas

Durante o exercício, não houve reclassificação entre categorias, o valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e passivos ao custo amortizado apresentado acima.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. O Conselho de Administração estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco, que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. O Comitê reporta regularmente ao Conselho de Administração sobre suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco são revisadas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Administração através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais a Companhia está exposta. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e aleatórias nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

Todas as atividades com derivativos para fins de gestão de risco são realizadas por equipes especializadas com as habilidades, experiência e supervisões apropriadas. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger a exposição aos riscos de juros e câmbios da Companhia estavam utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

	Nocional		Valor justo	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Derivativos de taxa de câmbio e juros				
Contratos de <i>Swap</i> (Juros e câmbio)	-	642.506	-	135.349
Contratos de <i>Swap</i> (Juros)	171.606	182.892	(8.634)	(37.266)
	171.606	825.398	(8.634)	98.083
Total de instrumentos contratados pela Companhia	171.606	825.398	(8.634)	98.083
Ativos			3.669	99.863
Passivos			(12.303)	(1.780)

Notas Explicativas

(a) Risco de crédito

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	260.542	246.849
Títulos e valores mobiliários (ii)	920.413	508.268
Caixa restrito (ii)	200.999	200.893
Contas a receber de clientes (i)	431.461	165.671
Recebíveis de partes relacionadas (i)	28.814	33.572
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	3.669	99.863
	<u>1.845.898</u>	<u>1.255.116</u>

- (i) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros.

- (ii) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado, como demonstrado na nota 13, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima em relação a garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos são apresentados no quadro de liquidez abaixo.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito e instrumentos financeiros é determinado por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	<u>31/12/2016</u>
AA+	74.533
A+	20.964
AA-	<u>1.290.126</u>
em 31 de dezembro de 2016	1.385.623

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes:

	31/12/2016				31/12/2015	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.339.995)	(2.236.226)	(5.195.933)	(2.202.859)	(11.975.013)	(10.836.875)
Fornecedores	(564.972)	-	-	-	(564.972)	(419.158)
Outros passivos financeiros (i)	(177.569)	-	-	-	(177.569)	(236.698)
Parcelamento de débitos - REFIS	(7.515)	(7.237)	(7.727)	(2.604)	(25.083)	(30.026)
Arrendamento mercantil	(588.428)	(349.744)	(563.007)	(323.711)	(1.824.890)	(2.132.455)
Certificado recebíveis imobiliários	(138.824)	(104.804)	-	-	(243.628)	(382.559)
Pagáveis a partes relacionadas	(106.710)	-	-	-	(106.710)	(103.997)
Dividendos a pagar	(6.970)	-	-	-	(6.970)	(8.510)
Instrumentos financeiros derivativos	(10.303)	(4.388)	(6.598)	-	(21.289)	(1.780)
	(3.941.286)	(2.702.399)	(5.773.265)	(2.529.174)	(14.946.124)	(14.152.058)

- (i) Em 31 de dezembro de 2016 o saldo consolidado antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$177.569 (R\$236.698 em 31 de dezembro de 2015). Todas essas operações tiveram o Banco Itaú como contraparte, a uma taxa média de 15,96% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

(c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado – tais como as taxas de câmbio e taxas de juros – irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia utilize derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

• Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em Dólares americanos (US\$):

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	16	3.784
Contas a receber de clientes	-	2.115
Adiantamento a fornecedores	58.866	85.155
Fornecedores	(22.005)	(15.894)
Adiantamento de clientes	-	(1.701)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(86.140)	(658.713)
Instrumentos financeiros derivativos (notional)	-	642.506
Exposição cambial, líquida	(49.263)	57.252

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio:

O cenário provável foi definido com base nas taxas de mercado de dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2016, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados (efeitos positivos e negativos, antes dos impostos) foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio de dólar norte-americano usados no cenário provável.

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações para empresas com moeda funcional real (positivos e negativos, antes dos impostos), como segue:

	Análise de sensibilidade das taxas de câmbio (R\$/US\$)					
	31/12/2016	Cenários				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%	
Dólar	3,2591	3,6000	4,5000	5,4000	2,7000	1,8000

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Instrumento	Fator de risco	Cenários				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa	Baixa do USD	2	4	9	(4)	(9)
Adiantamento a fornecedores	Baixa do USD	6.157	16.256	32.512	(16.256)	(32.512)
Fornecedores	Alta do USD	(2.302)	(6.077)	(12.154)	6.077	12.154
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do USD	(9.010)	(23.788)	(47.575)	23.788	47.575
Impactos no resultado do exercício		(5.153)	(13.605)	(27.208)	13.605	27.208

- **Risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis de algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de CDI/TJLP, e pode utilizar instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de juros:

A análise de sensibilidade sobre as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50% está apresentada a seguir:

Exposição taxa de juros ⁽ⁱ⁾	31/12/2016				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras, Títulos e valores mobiliários e Caixa restrito	131.982	32.996	65.991	(32.996)	(65.991)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(824.626)	(206.157)	(412.313)	206.157	412.313
Instrumentos financeiros derivativos	(14.692)	(3.673)	(7.346)	3.673	7.346
Certificado recebíveis imobiliários	(31.013)	(7.753)	(15.507)	7.753	15.507
Arrendamento mercantil	(88.905)	(22.226)	(44.453)	22.226	44.453
Impactos no resultado do exercício	(827.254)	(206.813)	(413.628)	206.813	413.628

(i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 14,06% a.a. e 7,5% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

A fonte externa utilizada pela Companhia para as projeções de mercado é a Consultoria Tendências.

Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de ações é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na nota 13.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais a termo.

Notas Explicativas

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros.

Ativos financeiros de R\$3.669 e passivos financeiros de R\$12.303 estão mensurados a valor justo de acordo com o Nível 2, sem nenhuma mensuração no nível 3. Demais instrumentos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado que se aproxima dos valores justos na data do balanço.

Hedge accounting de fluxo de caixa

A Companhia designa formalmente suas operações sujeitas a *hedge accounting*, os quais tem o objetivo de proteção de fluxos de caixa das aquisições de capex em dólares, relacionados principalmente a aquisição de vagões e locomotivas, documentados: (i) a relação do *hedge*, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em adotar o *hedge*, (iii) a identificação do instrumento financeiro, (v) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva e prospectiva da efetividade do *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem operações com instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge accounting.

Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital adequado a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

29 Informação por segmento

A Administração avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA (lucro antes do imposto de renda e contribuição social, despesa financeira líquida, depreciação e amortização).

Segmentos operacionais

- (i) Operações Norte: composto pelas operações ferroviárias, transbordo e elevações portuárias nas áreas de concessão da Rumo S.A., da Elevações Portuárias, da ALL Malha Norte e da ALL Malha Paulista.
- (ii) Operações Sul: composto pelas operações ferroviárias e transbordo na área de concessão da ALL Malha Sul e da ALL Malha Oeste.
- (iii) Operações de Contêineres: composto pela empresa do Grupo que tem foco em logística de contêineres seja por transporte ferroviário ou rodoviário e os resultados de operações de contêineres nas malhas.

As informações por segmento foram preparadas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas.

Notas Explicativas

Como a aquisição da Rumo S.A. se deu em 1º de abril de 2015, as informações do resultado com os novos segmentos são apresentadas apenas a partir desta data, uma vez que, até então, a Companhia apresentava um único segmento reportável, coincidente com os resultados consolidados, conforme demonstrado abaixo.

Resultado por Unidade de Negócio	31/12/2016				
	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Outros	Consolidado
Receita líquida	3.651.455	1.097.700	265.400	-	5.014.555
Custo dos serviços prestados	(2.175.147)	(1.272.600)	(321.400)	-	(3.769.147)
Lucro bruto	1.476.308	(174.900)	(56.000)	-	1.245.408
Margem bruta (%)	40,4%	-15,9%	-21,1%	-	24,8%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(237.775)	(63.700)	(42.900)	(3.236)	(347.611)
Outras receitas operacionais e equivalência patrimonial	(1.081)	(7.100)	15.700	325	7.844
Depreciação e amortização	688.619	379.000	52.400	-	1.120.019
EBITDA	1.926.071	133.300	(30.800)	(2.911)	2.025.660
Margem EBITDA (%)	52,7%	12,1%	-11,6%	-	40,4%

Resultado por Unidade de Negócio	31/12/2015				
	Operações Norte	Operações Sul	Operações de Contêineres	Outros	Consolidado
Receita líquida	2.925.114	888.502	224.307	-	4.037.923
Custo dos serviços prestados	(1.688.737)	(797.984)	(285.160)	-	(2.771.881)
Lucro bruto	1.236.377	90.518	(60.853)	-	1.266.042
Margem bruta (%)	42,3%	10,2%	-27,1%	-	31,4%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(202.227)	(42.673)	(41.126)	(6.822)	(292.848)
Outras despesas operacionais e equivalência patrimonial	59.387	7.444	4.630	-	71.461
Depreciação e amortização	421.130	149.685	45.713	-	616.528
EBITDA	1.514.667	204.974	(51.636)	(6.822)	1.661.183
Margem EBITDA (%)	51,8%	23,1%	-23,0%	-	41,1%

Principais clientes

Operações Norte

Em 2016, 16,0% da receita operacional líquida desse segmento foi para a Bunge Alimentos, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%. Em 2015, 16,8% da receita operacional líquida desse segmento foi para a Bunge Alimentos, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%.

Operações Sul

Em 2016, 15,8% da receita operacional líquida desse segmento foi para a Bunge Alimentos, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%. Em 2015, 14,9% da receita operacional líquida desse segmento foram para a Bunge Alimentos e 11,4% para a usina de Açúcar Santa Terezinha, sendo que nenhum outro cliente superou em 10%.

Notas Explicativas

Operações de Contêineres

Em 2016, 13,9% da receita operacional líquida desse segmento foram para a JBS, 9,6% para a Cofco, 7,9% para a ADM do Brasil e 6,7% para a Eldorado. Em 2015, 12,3% da receita operacional líquida desse segmento foram para a JBS e 10,3% para a ADM do Brasil.

30 Eventos subsequentes

Em 2 de fevereiro de 2017, através de sua subsidiária, Rumo Luxembourg Sarl ("Rumo Luxembourg"), a Companhia emitiu títulos de dívida no mercado internacional, Senior Notes due 2024 ("Notas 2024"), no valor total de US\$750.000, com vencimento em Fevereiro de 2024 e juros de 7,375% ao ano, pagos semestralmente.

As Notas 2024 receberam classificação BB- pelas agências de rating Standard & Poor's e Fitch Ratings. A Rumo S.A. utilizará os recursos líquidos decorrentes desta captação para quitação antecipada de dívidas, como parte do processo de gestão da estrutura de capital da Companhia, tendo como um dos objetivos a diversificação das fontes de financiamento do plano de investimentos da Rumo S.A..

* * *

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da

Cosan Logística S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cosan Logística S.A. (Companhia) e suas controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cosan Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos (Notas explicativas 2.19 e 15) – Controladora e Consolidado

A Companhia e suas controladas reconheceram ativos fiscais diferidos, relativos a diferenças temporárias e prejuízos fiscais, considerados recuperáveis com base na geração de lucros tributáveis futuros.

A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias. O valor recuperável dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras e na alíquota efetiva do período. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados com a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros, especificamente do plano de negócios e orçamento. Comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo: (i) expectativas de produção do mercado brasileiro de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, para exportação; (ii) expectativa em relação aos preços de fretes rodoviários futuros; (iii) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; e (iv) outras condições macro econômicas. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, consideramos a adequação da aplicação das leis tributárias e das deduções fiscais. Avaliamos ainda se as projeções da Companhia indicavam lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizados, bem como a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Avaliação do valor recuperável de ativos imobilizado e intangível com vida útil definida (Nota explicativa 11 e 12) – Controladora e Consolidado

As controladas da Companhia possuem investimentos significativos em ativos imobilizado e intangível de vida útil definida necessários para condução de suas operações. Em decorrência dos prejuízos apurados nos últimos anos e retração econômica, existe um risco de não recuperação do valor total destes ativos.

A avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia envolve julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas nas projeções dos fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto, e pode resultar em impactos relevantes nos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida. Por essas razões esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos possam ter sofrido desvalorização e para determinar suas unidades geradoras de caixa, bem como avaliamos os controles internos relativos a identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros, incluindo: (i) taxa de desconto; (ii) expectativas de produção do mercado brasileiro de açúcar, soja, farelo e milho, destinados, principalmente, para exportação; (iii) expectativa em relação aos preços futuros de fretes rodoviários; (iv) disponibilidade de capacidade de transporte e portuária; e (v) outras condições macro econômicas. Avaliamos a sensibilidade de resultados considerando mudanças razoavelmente possíveis nas premissas chave e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o valor contábil das respectivas unidades geradoras de caixa e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico acima referido e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA COSAN LOGÍSTICA S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria da Cosan Logística S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 13 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, sem qualquer ressalva, que referidos documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos retro mencionados, nos termos do artigo 133, V da Lei nº 6.404/76, e do artigo 9º, § 1º, III da ICVM 481/09, pelo Conselho de Administração da Companhia, com o posterior encaminhamento e análise destes pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

SÃO PAULO, 15 DE FEVEREIRO DE 2017.

JOÃO RICARDO DUCATTI

Coordenador do Comitê de Auditoria

FELICIO MASCARENHAS

Membro do Comitê de Auditoria

MAILSON FERREIRA DA NOBREGA

Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitido em 16 de fevereiro de 2017 pela KPMG Auditores Independentes, CRC SP-014428/O-6 F-PR.

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração dos quadros dos tópicos "DESTAQUES DE 2016" e "ENDIVIDAMENTO" do item Relatório da Administração.
3	Alteração na data do último exercício nos períodos DFP.